

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARANTXA LOUISE TORQUATO

HELOISE AUER RIBEIRO

**AS MULHERES DA PÁGINA 4**

**Livro-reportagem sobre mulheres vítimas de feminicídio na década de 1960  
nas páginas da Gazeta do Povo**

CURITIBA

2019

ARANTXA LOUISE TORQUATO

HELOISE AUER RIBEIRO

**AS MULHERES DA PÁGINA 4**

**Livro-reportagem sobre mulheres vítimas de feminicídio na década de 1960  
nas páginas da Gazeta do Povo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná (Sacod UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: prof. doutor. José Carlos Fernandes

CURITIBA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL  
DO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**NOME DO ALUNO(A): ARANTXA LOUISE TORQUATO e HELOISE AUER RIBEIRO**

**TÍTULO: AS MULHERES DA PÁGINA 4: LIVRO-REPORTAGEM SOBRE MULHERES VÍTIMAS DO FEMINICÍDIO NA DÉCADA DE 1960 NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO**

**LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:**

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR, realizada na sala 02, no dia 02/07/19, às 16H00.

<b>BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES</b>	<b>NOTA</b>
JOSÉ CARLOS FERNANDES (orientador)	100
VALQUÍRIA MICHELA JOHN	100
ANDRÉA MORAIS (convidada)	100
<b>MÉDIA FINAL:</b>	100

<b>BANCA EXAMINADORA</b>	<b>ASSINATURA</b>
JOSÉ CARLOS FERNANDES	<i>Jose Carlos Fernandes</i>
VALQUÍRIA MICHELA JOHN	<i>Valqueria John</i>
ANDRÉA MORAIS	<i>Andrea Morais</i>

Curitiba, 02 de julho de 2019.

---

A todas as mulheres, que todos os dias sofrem pelo simples fato de serem mulheres.

## AGRADECIMENTOS

*Arantxa Louise Torquato*

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e saúde para superar as dificuldades. Agradeço a minha mãe, Maria, por me apoiar e sempre acreditar em meus sonhos e assim me ajudar a alcançá-los. À minha avó Alice, que mesmo já não estando mais presente para ver a construção desse trabalho, serviu de inspiração e modelo de mulher que mesmo sofrendo violência lutou por seus direitos. À minha tia Janete, por ter sido segunda mãe e melhor amiga, estando comigo em todos os momentos mais importantes. Ao meu pai, João, por sempre incentivar a busca pelo conhecimento. À minha família e amigos (Nina, Leticia e Gabriel) que fizeram parte deste longo percurso. Agradeço também à minha grande amiga e parceira deste estudo Heloise, pela dedicação e empenho empregados a esse trabalho, e sobretudo pela amizade que tornou esses quatro anos de graduação muito mais fáceis. Ao nosso orientador – e inspiração – professor José Carlos Fernandes, pela orientação e confiança. A todos que fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*Heloise Auer Ribeiro*

À Marinês, minha mãe amada, sei o quanto você se doou para a realização desse sonho, você me inspira a cada dia, obrigada pelo apoio na realização deste trabalho. À minha irmã Julia, minha fonte de felicidade inesgotável. Ao meu pai Reginaldo, que em algum lugar deve estar vibrando com a minha vitória. À minhas amigas Bianca, Gabriela e Heloísa por deixarem os dias mais leves. Também agradeço imensamente à Arantxa, a melhor parceira que poderia ter escolhido para dar vida a um projeto pelo qual nós duas nos apaixonamos instantaneamente. Ao professor José Carlos, por sua gentileza e por compartilhar um pouco de sua imensa sabedoria conosco. E acima de tudo às mulheres que lá de cima viram suas histórias serem reescritas, espero termos feito jus à suas vidas.

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a identificar histórias de mulheres que tiveram suas mortes noticiadas de forma pejorativa e misógina no periódico paranaense *Gazeta do Povo* no decorrer nos anos 1960 e, a partir dessas memórias, criar um livro-reportagem com contos-reportagens, a fim de contar de maneira humanizada como foram suas vidas. O recorte temporal escolhido corresponde a um período de efervescência no movimento feminista ao redor do mundo. Contudo, mesmo com a disseminação desse fenômeno social, a mídia brasileira continuou a adotar um posicionamento misógino e degradante ao retratar mulheres. Tendo essa perspectiva em vista, a elaboração do produto se deu por meio de uma extensa coleta no acervo do jornal estudado, seguida pela seleção dos casos que constituíram os perfis abordados no livro. Na produção e pesquisa realizada, notou-se que a cobertura jornalística nos temas relacionados a feminicídio/violência contra mulher se dava de maneira antiética, ao passo em que se utilizava de uma escrita sem fundamentação, baseada em boatos e juízos de valor, nos moldes dos cânones do jornalismo policial. Este trabalho reflete, portanto, uma necessidade em se fazer justiça e um desejo de reelaborar a narrativa com a qual essas mulheres ficaram marcadas na história.

Palavras-chave: Feminicídio. Mulheres. *Gazeta do Povo*. Feminismo. Morte. Obituário.

## ABSTRACT

The present work aims to identify stories of women who had their deaths reported in a pejorative and misogynistic way in the periodical *Gazeta do Povo* in the 1960s and, from these memories, to create a non-fiction book with journalistic tales, in order to tell in a humanized way how their lives were. The chosen temporal clipping corresponds to a period of effervescence in the feminist movement around the world. However, even with the spread of this social phenomenon, the Brazilian media continued to adopt a misogynist and demeaning position when portraying women. Taking into account this perspective, the elaboration of the product took place through an extensive collection in the collection of the newspaper studied, followed by the selection of the cases that constituted the profiles addressed in the book. In the production and research carried out, it was noticed that the journalistic coverage in the subjects related to femicide/ violence against women occurred in an unethical way, while the use of a writing without foundation, based on rumors and value judgments, in the molds of the canons of police journalism. This work, therefore, reflects a need to do justice and a desire to rework the narrative with which these women were marked in history.

Key words: Femicide. Women. *Gazeta do Povo*. Feminism. Death. Obituary

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....</b>	<b>11</b>
2.1 MOVIMENTO FEMINISTA .....	13
2.2 MÍDIA FEMINISTA .....	16
<b>3. JORNALISMO POLICIAL.....</b>	<b>18</b>
3.1 IMPRENSA FEMININA.....	20
3.2 GAZETA DO POVO .....	23
<b>4 COTIDIANO.....</b>	<b>26</b>
4.1 MORTE .....	27
<b>5 JORNALISMO, FICÇÃO E SOCIEDADE EM ENTRETENIMENTO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>30</b>
5.1 JORNALISMO LITERÁRIO.....	30
5.2 OBITUÁRIO .....	33
5.3 LIVRO REPORTAGEM.....	34
5.4 CONTO-REPORTAGEM .....	37
<b>6 METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
<b>7 PRODUTO .....</b>	<b>42</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A – MATÉRIA INSPIRAÇÃO PARA O CONTO 1.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO B – MATÉRIA INSPIRAÇÃO PARA O CONTO 2.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO C – MATÉRIA INSPIRAÇÃO PARA O CONTO 3.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO D – MATÉRIA INSPIRAÇÃO PARA O CONTO 4.....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO E – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO F – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO G – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO H – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA.....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM HERNANI VIEIRA .....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA COM VANIA MARA WELTE .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE C - ENTREVISTA COM MARA CORNELSEN.....</b>	<b>77</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar como se deu a cobertura do jornal *Gazeta do Povo* sobre crimes de assassinato contra mulheres na década de 1960 e entender como isso refletiu no modo como ficaram marcadas na história, contribuindo assim na desconstrução do estigma de culpabilização da mulher quando vítima de um crime de caráter sexista.

A investigação se iniciou na observação de uma relação paradoxal presente na década de 1960, momento em que eclodia o movimento feminista. No entanto, apesar da aparente aceitação do fenômeno ao redor do mundo, no Brasil as mídias persistiram em adotar um posicionamento, hoje, reconhecido como misógeno e degradante ao retratar mulheres em suas páginas – em especial as do jornalismo policial (PAIVA, RAMOS, 2007; BLAY, 2003).

Ainda hoje, apesar dos reconhecidos avanços em relação à situação das mulheres no país, muitas delas ainda são vítimas da tradição patriarcal que está incutida na sociedade, e que é expressa, muitas vezes, pela maneira como são retratadas na mídia (SOUZA, ADESSE, 2005).

Nesse panorama de veiculação da imprensa, é consenso que o jornalista interfere, de algum modo, mesmo que inconscientemente, na produção da notícia. Não há jornalismo completamente imparcial ou objetivo, por mais que o profissional se esforce ao máximo para se despir de suas crenças e pontos de vista na hora de produzir informação (HALL et al, 1993; ENTMAN, 2003).

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento (ENTMAN, 1993, p. 52).

Dada a contextualização, a temática da culpabilização de mulheres no jornalismo policial foi escolhida para o desenvolvimento deste trabalho. Este documento monográfico irá apresentar o processo de desenvolvimento teórico e prático do livro reportagem *As mulheres da página 4*, um produto, que, em tom de manifesto e em formato de ato poético, pretende realizar uma espécie de reparação histórica. Composto por contos de mulheres que tiveram suas mortes noticiadas nas páginas policiais do jornal paranaense *Gazeta do Povo* na década de 1960, o livro abriga também entrevistas com especialistas, além de trazer dados e reflexões

sobre pioneirismo feminino, machismo, feminismo, feminicídio, o olhar jornalístico e sobretudo a sensibilidade na hora de se contar histórias.

Além da função de reparação histórica, essa pesquisa se propõe a entender como se deu o enquadramento noticioso e acima de tudo, o porquê da mídia ter adotado o tratamento misógino verificado. Para tal, optou-se por analisar as matérias de homicídio de mulheres — crime que hoje se entende como *feminicídio*<sup>1</sup> — veiculadas no jornal *Gazeta do Povo*, escolhido por se tratar de um periódico com pautas de cunho popular de grande relevância na época, considerando como alvo da pesquisa as notícias em que apareciam as palavras “amásia”, “decaída” ou “amante”.

O intervalo escolhido para a realização da pesquisa é de 10 anos, nos quais foram analisadas mais de 4 mil publicações do periódico e encontradas 28 matérias que se enquadravam no recorte escolhido. Para fins de embasamento teórico e desenvolvimento da escrita foram utilizados os pensamentos e teoria de autores. Para Violência contra mulher, Movimento Feminista e Imprensa Feminina: Oliveira e Cavalcanti (2007), Blay (2003), Pinto (2003) e, Campos e Carvalho (2011). Para Jornalismo Policial, Cotidiano e Morte: Paiva e Ramos (2007), Sodré (1972), Vainfas (2002) e Ariés (1977). E para Jornalismo Literário, Obituários, Livro Reportagem e Conto-reportagem: Pena (2005), Suzuki Jr (2008), Lima (2009), Belo (2006) e Vermiglio (2015).

Para o desenvolvimento, esse documento discorre sobre a questão do jornalismo policial, traçando recortes históricos e salientando quais características definem esse tipo de especialização, além de apontar quais influências tal campo jornalístico exerce no dia a dia da população, em especial a que habita as periferias dos grandes centros. Aborda também como a editoria policial se comportou historicamente ante os feminicídios — ainda que o termo não fosse usual. Busca explicar, igualmente, questões relativas ao jornal diário *Gazeta do Povo*, escolhido para o presente estudo, tal como um breve recorte histórico, expondo as facetas editoriais do periódico durante as décadas de 1960 e 1970.

Por se tratar de uma imersão em uma realidade de tempos passados, a realização deste projeto representa um campo minado, no qual se corre o risco de imprimir uma visão anacrônica, tanto na elaboração de uma tese que explique o porquê a imprensa agia como agia, quanto na produção do produto.

Tendo em vista essa característica sensível do projeto, manteve-se o olhar atento no decorrer de seis fases, sendo estas: a fase da pesquisa, a fim de entender de que maneira é

---

<sup>1</sup> Homicídio cometido contra mulheres que é motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero.

possível ao jornalista aplicar um olhar humanizado sobre a história; a fase da análise e coleta de publicações noticiadas na página policial da *Gazeta do Povo* durante a década de 1960; a da verificação de como se dava o tratamento das mulheres; seguida pela fase da realização de entrevistas com profissionais que atuaram ligados ao jornalismo e ao movimento feminista no recorte temporal escolhido.

Some-se a produção de conteúdo jornalístico que apresente um panorama real sobre o tema; e por fim a fase do desenvolvimento da identidade visual, diagramação e proposta gráfica do livro-reportagem; todas culminando em um só propósito: o desejo de contribuir na desconstrução do estigma de culpabilização da mulher quando vítima de um crime de caráter sexista.

O gênero de livro-reportagem foi escolhido como formato para explorar esse assunto, por possibilitar o aprofundamento da temática, sem restrições de tamanho e sem precisar seguir determinada política editorial de um veículo. Já a opção pelo gênero conto-reportagem se dá por que este permite reconstituir a vida das personagens com os préstimos da ficção, além de oferecer maior liberdade experimental para um tipo de escrita de cunho literário (LIMA, 2004).

A proposta é que o livro seja pautado não apenas no factual, mas também no aprofundamento e na sensibilidade do olhar jornalístico e assim, colabore para o combate a este tipo de exposição machista. A relevância de um livro jornalístico sobre esse tema está relacionada à importância de uma reportagem que reúna tanto depoimentos, quanto levante reflexões, o que é crucial para que a comunidade, não só acadêmica, tenha à sua disposição conhecimento sobre o tema. E que seja capaz de representar quem eram algumas dessas mulheres, como eram suas vidas privadas, seus sonhos e suas rotinas, numa clara intenção de fazer justiça e reelaborar a narrativa com a qual ficaram marcadas na história.

## 2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Questões relacionadas à violência contra a mulher são considerados temas básicos de direitos humanos, de justiça, e de saúde pública há cerca de três décadas, e podem ser interpretados como um reflexo do crescente alargamento de informações – bem como a facilidade de acesso a elas – da ampliação e desenvolvimento tecnológico e disseminação mais direta de conhecimento. (BARSTED, 2012; BRASIL, 1994; 2004; 2006; WAISELFISZ, 2012).

Ao se levar em conta um modelo de sociedade baseado na dominação-exploração dos homens, a violência contra a mulher se enquadra como um dos tipos de violência de gênero mais comuns (SAFFIOTI, 2001). Não somente pela violência explícita, na qual se fixam o abuso psicológico, moral, físico, sexual e patrimonial, mas também pela existência da violência simbólica. De acordo com Bourdieu (2005), este tipo de violência é constituído em um cenário de aceitação do dominado à dominação, uma vez que este não compreende a relação que vive como abusiva, mas a percebe como natural, sobretudo em decorrência de um senso comum de comportamentos socialmente naturalizados.

O autor sustenta que a força da ordem masculina, ou seja, o seu papel de dominação, vai de encontro com o propósito da *ética naturalista*<sup>2</sup> e não tem necessidade de se explicar para afirmar sua legitimação. O homem se assegura diante a uma *visão androcêntrica*<sup>3</sup> que se desconfigura como neutra, tendo como resultado as noções de poder banalizadas pelo gênero, tal como conhecemos na atualidade (BOURDIEU, 2005, p. 15).

A violência contra a mulher existe na história da humanidade em caráter ancestral. As representações de dominação masculina, que perduram até os dias atuais, são heranças de ideais válidos há muitas décadas. Ainda assim, é recente a noção de que comportamentos agressivos, como danos, abusos e lesões motivadas por determinadas ações, devam ser considerados crimes (DEBERT; GREGORI, 2008). É importante ponderar a simbologia e significação histórica da violência de gênero e a criação dos processos que deram margem à criminalização desse tipo ação.

Oliveira (2012) explicita que “[...] a construção de identidades, fíncada em aspectos simplesmente culturais, foi fator determinante para o reconhecimento de uma hierarquia injustificada, que culminou, durante décadas, na sobreposição do masculino sobre o

---

<sup>2</sup> Corrente filosófica, firmada no conceito de que “tudo que existe é natural, busca na natureza os fundamentos da vida moral”.

<sup>3</sup> A tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo "o homem". Um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico.

feminino”. Dentre os pormenores que compunham esse sistema patriarcal, destaca-se o pensamento pré-republicano de que o assassinato de mulheres deveria ser legalizado em face a um caso de adultério (KOERNER, 2002 *apud* BLAY, 2003). Nessa época, na circunstância de uma infidelidade feminina, o esposo tinha a autorização jurídica para assassinar sua esposa e o amante. Por outro lado, em casos de infidelidade por parte do marido, o ato era considerado concubinato, e não adultério. Apenas com alterações no Código Civil (1916), o adultério perpetrado tanto por parte da esposa quanto do marido passou a ser considerado motivo para uma separação. Todavia, inúmeros pontos de desigualdade no que diz respeito aos direitos femininos e masculinos continuaram existindo (BARSTED, 2012; BLAY, 2003).

Juntamente com os moldes da soberania masculina – percebida historicamente – durante o cenário de industrialização e urbanização, em um momento no qual as mulheres passaram por mudanças marcantes no seu cotidiano, e a travar uma luta para assegurar seus direitos no espaço social, notou-se uma corrente grande de casos de assassinatos. Uma espécie de epidemia de crimes passionais (BLAY, 2003). Nesse cenário, questionamentos sobre o sistema imposto começam a ser levantados, principalmente entre as teóricas femininas, como Joan Scott (1981), que parte na busca de razões fundamentadas logicamente, não apenas no senso comum, para justificar a existência de uma hierarquia de poder exercida pelo homem (OLIVEIRA, 2012).

Com o início da atuação feminina em conjunto com promotores públicos, entre 1920 e 1930, um movimento com o propósito de impedir e penalizar crimes passionais passa a ganhar força. Esse movimento volta a se reerguer no final dos anos 1970, fase em que episódios de violência contra a mulher, justificados pelo pretexto de “legítima defesa de honra”, ganham notoriedade nos canais de comunicação (BLAY, 2003; OLIVEIRA, 2012; SOUSA, 2006). A situação serviu de grande estímulo para mobilização popular a favor das pautas feministas. É a partir daí que a mídia passa a adotar a expressão “violência contra a mulher” (OLIVEIRA; SOUSA, 2006; DEBERT; GREGORI, 2008).

Voltando-se às conquistas mais recentes que ocorreram no plano legislativo, a atualização do Código Civil, em 2003, passou a equiparar as atribuições jurídicas entre os gêneros. Além disso, com a alteração na Lei 10.886/04, a “violência doméstica” passa a ser considerada como um crime (BARSTED, 2012; BRASIL, 2004). A concepção da Lei Maria da Penha (11.340/2006) estabelece cinco formas de ocorrência de violência contra a mulher: sexual, patrimonial, psicológica, física e moral (BRASIL, 2006).

Desde 1985, as Delegacias da Mulher do país atuam no enfrentamento à impunidade de agressores e oferecem assistência às mulheres violentadas (RIFIOTIS, 2004). Para Oliveira

e Cavalcanti (2007), o estabelecimento desses órgãos deve-se às discussões levantadas pelo movimento de mulheres e também à realidade violenta em que se encontravam. O que era antes mantido escondido entre quatro paredes, passa a ser de interesse da agenda pública.

O fim das discriminações legais de gênero só é alcançado e, nesse caso, possível, em 1975, devido à forte ação do movimento feminista brasileiro. Movimento este que vem impulsionando fortemente a criação das políticas públicas de gênero no decorrer das últimas quatro décadas. A Constituição Brasileira de 1988 é um exemplo desse avanço, sendo o momento em que reconhece a igualdade entre os direitos dos homens e das mulheres (BARSTED, 2012; BRASIL, 1988).

Dentre as iniciativas sociais de combate à violência contra a mulher, foi decretada em 1993 a Resolução 48/104, denominada Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, na Assembleia Geral das Nações Unidas (BARSTED, 2012). Esse episódio contribuiu no ano seguinte para a criação da única legislação no mundo sobre violência contra a mulher. A Convenção de Belém do Pará (BARSTED, 2012) compreende por violência contra a mulher qualquer atitude baseada no gênero, praticada tanto no ambiente público quanto no privado, que cause qualquer malefício como morte, sofrimento psicológico, físico ou sexual (BRASIL, 1994).

As noções de violência contra a mulher no mundo contemporâneo estão relacionadas a um legado cultural em que convicções consolidadas a respeito da estrutura hierárquica e da superioridade masculina são transmitidos de geração em geração. Mas, para além disso, julga-se que, à frente do aspecto referenciado, existam outros fatores que exercem papel na consolidação e manutenção dessa concepção patriarcalista e na naturalização da violência contra a mulher. Leva-se em conta, entre eles, a contribuição da mídia.

## 2.1 MOVIMENTO FEMINISTA

Justamente para atuar no combate à violência contra a mulher e na defesa de direitos como voto e livre acesso à educação, é que surgem durante a Revolução Francesa as manifestações extemporaneamente chamadas de feministas. Dentro do contexto de ebulição de um novo movimento, este subcapítulo irá abordar as duas grandes ondas do feminismo no cenário mundial, indo de encontro à primeira onda de que se tem conta no Brasil, para depois criar um panorama a respeito do movimento no século XX.

No fim do século XIX surge na Inglaterra a primeira onda do feminismo em escala mundial. Dá-se quando as mulheres britânicas passam a se mobilizar na luta por seus direitos,

começando pela popularização do direito ao voto (HUMM, 1990; WALKER, 1992). Em meio às manifestações e greves de fome promovidas pelas *sufragetes*<sup>4</sup>, em Londres, um marco se tornou emblemático nessa luta: o suicídio da militante feminista Emily Davison, que em 1913, se atirou à frente do cavalo do rei na corrida de cavalo em Derby, vindo a morrer e levando assim seis mil mulheres a marchar pelas ruas de Londres, pedindo o direito de votar. A reivindicação foi conquistada cinco anos mais tarde no Reino Unido (PINTO, 2010).

Por volta de 1930, o movimento feminista perde a força e só volta a aparecer 30 anos depois, em 1960, denominado como a segunda onda do movimento feminista (HUMM, 1990; WALKER, 1992). Ao longo desse momento de “inércia”, desponta no meio internacional a filósofa francesa Simone de Beauvoir com a sua mais famosa obra: *O segundo sexo*. Nele a feminista cunhou uma das grandes máximas do feminismo – “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esse livro foi primordial para a consolidação do feminismo na chamada segunda onda (PINTO, 2010).

Nos anos 1980, ainda na segunda onda do feminismo, o processo de abertura política no país amplia o número de coletivos feministas e novas pautas passam a ser incorporadas na luta pelos direitos das mulheres, como escreve Céli Pinto:

Violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, orientações sexuais. Esses grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (2010, online).

Na esfera brasileira, o desenvolvimento do movimento será apresentado em recortes estratégicos, primeiro em 1910 e depois a partir de 1970. Isso porque, o movimento nasce no país em 1910, perdendo força durante os dois regimes ditatoriais e passando a ganhar força novamente em 1970.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também surge a partir da luta pelo direito da mulher ao voto. “As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto” (PINTO, 2010, p.16).

Depois de mais de 20 anos de luta, em fevereiro de 1932 se estabeleceu o voto feminino e o voto secreto, que só foi incorporado à Constituição em 1934, com a inclusão do artigo 108 (SOIHET, 2006 *apud* NASCIMENTO e SILVA, 2011).

---

<sup>4</sup>Sob o lema “Votos para Mulheres”, as sufragetes eram mulheres militantes no século XX. Faziam parte de organizações que lutavam pelo direito de voto em eleições públicas.

Durante os próximos 30 anos, este feminismo primevo perde força no Brasil, seguindo o mesmo processo visto nos países do Hemisfério Norte, só retornando na década de 1960 (PINTO, 2010).

Para o historiador britânico Eric Hobsbawm (2009), os movimentos feministas que voltam a ganhar força na década de 1970 simbolizaram um dos mais importantes eventos do século XX, principalmente quando se trata de revolução cultural. No entanto, o feminismo não foi bem visto pela população brasileira e pelos políticos do país devido às bandeiras que levantava, por serem entendidas na contramão do “conservadorismo de uma nação”.

Ainda nos anos de 1970, com objetivo de reconhecer a condição de opressão vivida pelas mulheres, grupos da sociedade organizada e publicações voltadas para o universo feminista debatiam o papel das mulheres na sociedade ocidental.

De acordo com Sarti (1998, p. 8):

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Durante os anos 1980, a violência contra mulher foi um tema incisivo no feminismo, período em que são instauradas delegacias de mulheres e atendimento diferenciado para mulheres vítimas de agressões físicas e violência psicológica. Campanhas como “quem ama não mata”, diante do assassinato de mulheres, trouxeram o tema para o debate público. Segundo Miriam Pillar Grossi:

A categoria “violência contra a mulher”, hoje de grande aceção em todo o Brasil, passa a fazer parte do senso comum a partir de mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres “por amor” e “em defesa da honra” no final dos anos 70. Lutas que se ampliarão, no início dos anos 80, para a denúncia do espancamento e dos maus tratos conjugais, impulsionando a criação dos serviços de atendimento a mulheres “vítimas de violência”, os grupos SOS Mulher e, posteriormente, pela criação, por parte do Estado, de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (1998, p. 296).

Ainda hoje as mulheres são mais malnutridas; têm uma qualidade inferior de saúde; são mais suscetíveis a sofrer abusos sexuais e físicos; têm menos acesso à educação e recebem salários menores do que os homens (NUSSBAUM, 2002). Para a filósofa Martha Nussbaum (2002), “as mulheres são pessoas de segunda categoria no mundo”.



A luta política das mulheres é histórica. No entanto, apesar das conquistas de direitos em relação ao trabalho, às questões de gênero e até mesmo à crescente participação na política, é necessário que a articulação do movimento feminista se una com os demais movimentos sociais, para que possa ser mais valorizada. O feminismo vem colaborando para trazer à luz o que estava oculto, evidenciando o que se passa no dia a dia das mulheres.

## 2.2 MÍDIA FEMINISTA

A história do feminismo tem conexão com o desenvolvimento da mídia alternativa, pois esses meios de comunicação surgiram para levantar debate e mobilizar outras mulheres. O movimento feminista foi expresso por mulheres que sabiam que precisavam ser ouvidas e queriam levar informação a uma massa maior, para servir de apoio na luta por seus direitos e em defesa à violência.

No Brasil, os militantes e apoiadores da esquerda não aceitavam da melhor forma o movimento feminista, o que se justifica pelo contexto de um país que naquele período era composto por uma sociedade atrasada culturalmente, marca por uma reprodução de conceitos sexistas (PINTO, 2003).

Para fortalecer o movimento, os grupos perceberam a necessidade de fazer uma mídia diferente da tradicional, disposta a dialogar de forma diferente, uma mídia alternativa. O primeiro indício do surgimento desse tipo de imprensa ocorreu na comunicação impressa ainda no século XIX, momento em que a participação da mulher nos ambientes políticos começava a representar a alteração de antigos costumes. Esses jornais também acompanhavam a luta feminina por direitos, como ao voto, por exemplo. De acordo com Bettina Peters (1996, *apud* WOITOWICZ, 2008), a mulher entra no mundo profissional do jornalismo no fim do século XIX, quando o ambiente ainda era absolutamente masculinizado.

Naquele momento, temas como literatura, comportamento, moda e beleza representavam o tipo de matérias produzidas para o universo feminino, mas que em contrapartida eram escritas por homens. E se fossem escritas por mulheres, estas, tentando evitar possíveis represálias, assinavam seus textos com algum nome masculino. Foi no periódico pernambucano *Espelho das Brasileiras*, que Nísia Floresta trabalhou e se destacou com uma das primeiras mulheres a assinar seu próprio nome em textos publicados em um jornal (WOITOWICZ, 2008).

O *Jornal das Senhoras*, iniciado em 1852, por Juana Paula Manso de Noronha, foi o primeiro periódico do Brasil criado por uma mulher. O jornal, elaborado totalmente por

mulheres, abordava temas como literatura, crítica, teatro, belas artes e moda. Atuava como um fomentador de ideias, e debatedor de estigmas, a fim de estimular novas atitudes, instruir e educar a sociedade (MUZART, 2003).

Muzart (2003) aponta que o desejo pela obtenção de direitos, tais como livre acesso à educação, trabalho e ao voto, explica a participação das mulheres em periódicos do século XIX. É nesse momento que nascem as primeiras publicações feministas, como *Jornal das Senhoras* (1855), *O Sexo Feminino* (1873), e *A Família* (1888) (CASADEI, 2011).

A partir daí, floresceu a necessidade de criar um discurso próprio, que promovesse questionamentos e mudanças no cenário masculino. Os jornais *Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987) se destacam no Brasil do século XX como mídias alternativas feministas que tiveram papel chave no fortalecimento da segunda onda feminista no país, na época da ditadura militar (1964-1985) (WOITOWICZ, 2008).

Hoje, a mídia feminista entra em uma nova fase, promovida pela popularidade de blogs segmentados, independentes ou ligados de alguma maneira à mídia tradicional. Esse boom de revistas feministas independentes, como a *Think Olga*, *Azmina*, *Capitolina*, *Labrys* e *Revista Gênero*, tem refletido um novo movimento da imprensa alternativa em romper com o discurso de grandes grupos comunicacionais e debater questões mais profundas, pouco lembradas pelos portais tradicionais de conteúdo feminino.

### 3. JORNALISMO POLICIAL

O jornalismo policial é a área que se concentra na reportagem criminal (SOUZA, 2008) e traz como pauta tipos de violência, tais como homicídios, suicídios, estupros e vinganças. Rompem com a calmaria do dia a dia e atendem de forma aguda a critérios de noticiabilidade como ineditismo, improbabilidade e empatia. Esses crimes são o chamariz perfeito para atrair audiência, criando uma afinidade com a mídia. “A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns banais e instaladas” (MICHAUD, Y. 1989, *apud* PORTO, 2002).

Tais características podem ser observadas desde a origem dessa prática jornalística, que remonta do século XIX, nos jornais sensacionalistas da Inglaterra e nos *penny papers*<sup>5</sup> dos Estados Unidos. No Brasil, as primeiras reportagens policiais datam da Primeira República, entre o fim do século XIX e o início do século XX, com o processo de reorganização das cidades. Deu-se a partir do êxodo de grande parte da população para as periferias, criando grandes bolsões de miséria. Causou um fenômeno que o historiador brasileiro Nicolau Sevcenko denomina “inferno social”. A partir daí, a barbárie passa a tomar o espaço das longas matérias sobre política, que antes ocupavam grande parte no noticiário. As notas sensacionais ganham o gosto dos leitores e se mantêm em ascensão ao longo das décadas de 1910 e 1920 (BARBOSA, 2007).

É essencial destacar que, apesar de popular, o jornalismo policial permaneceu durante as cinco décadas seguintes como uma atividade majoritariamente masculina. Esse cenário só começa a mudar com a redemocratização em meados da década de 1970, admitindo então a presença feminina nas redações, ainda que em números ínfimos. É apenas na década de 1990, com a verdadeira chegada da mulher no mercado de trabalho, assumindo cargos considerados mais liberais, que os números começam a se equilibrar e as redações passam a ser constituídas por uma equipe 40% feminina (SUBTILL, 1996).

Ao trazer esse recorte de gênero para o jornalismo policial, encontra-se uma situação ainda mais alarmante, pois se ainda hoje o número de jornalistas mulheres que opta por trabalhar no segmento é extremamente pequeno, na década de 1960 era ainda menor. No entanto, contrariando as estatísticas, houve entre as décadas de 1960 e 1980 pioneiras que se propuseram a desbravar as páginas sanguinolentas – entre elas as entrevistadas deste trabalho,

---

<sup>5</sup> Um modelo de jornais de baixo preço e populares. O valor de um “penny”. De uma só moeda.

Vania Mara Welte e Mara Cornelsen [APÊNDICE B e C]. Além da lendária *Terezinha Cardoso*<sup>6</sup>, que cobriu o caso do ladrão de bancos “Jack Palance”, no início dos anos de 1970, para os jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*.

Casos como o de “Jack Palance”, apesar de serem uma aula de história da imprensa policial, revelam por trás de si um conjunto precário de práticas adotado entre os anos 1950 e 1970, como a utilização de apelidos para os criminosos e da polícia como fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens. De acordo com Zanfra (2007), os repórteres de polícia eram formados nas próprias redações, numa espécie de transmissão oral de tradições e conhecimentos. Tradições essas que fizeram com que o jornalismo policial caminhasse na direção contrária do jornalismo investigativo. Em vez de trazer à luz informações relevantes que estavam escondidas para solucionar questões sociais, acabava por explorar casos criminais nos quais a principal atração era o criminoso em si, o inimigo número um da sociedade. [...] Que eram praticamente “despidos” pelos jornais e tinham as vidas e crimes cometidos estampados nas primeiras páginas (FUCCIA, 2008).

Nos anos finais da década de 1970, a violência se torna endêmica. Surgem os esquadrões da morte e os grandes comandos, com PCC e o Comando Vermelho. Cada vez mais, cobrir esse cenário exige do jornalista especialidades maiores, o que tende a deixar para trás as práticas do jornalismo policial, substituídas pelo jornalismo de segurança pública, cujos desafios incluem sanear a violência com ações cidadãs (PAIVA, RAMOS, 2007).

Com esse novo momento do jornalismo policial, contudo, o modelo de negócios baseado na audiência dos jornais na internet provoca um recuo na aplicabilidade do jornalismo cidadão. O aspecto comercial passa a pesar ainda mais na balança, e a máxima da “violência vende” ganha novo impulso durante as décadas de 1990 e 2000, justificando o mau jornalismo. Paralelo, o retorno ao jornalismo “espreme que sai sangue” se presta, outra vez, a fundamentar um discurso derrotista e superficial contra a imprensa (PAIVA; RAMOS, 2007; SODRÉ, 1972).

Essa máxima só começou a ser questionada a partir dos anos 2000, quando ocorreu uma virada de chave e se notou que:

---

<sup>6</sup> Comunicadora que estreou no jornalismo paranaense em 1968. Trabalhou por anos consolidando carreira no jornalismo policial no *O Estado do Paraná*. Cobriu o caso da morte do comediante Leon Eliachar, em 1987, para *O Globo*. O crime, de repercussão nacional, envolvia um casal paranaense numa trama de adultério e lavagem de honra,

[...] não havia dados confiáveis que indicassem que o público deixaria de ler uma cobertura sobre violência que fosse, por exemplo, mais contextualizada – e, assim, menos focalizada no crime individual – do que a feita atualmente. Afinal, esta cobertura mais qualificada raramente é oferecida em bases constantes (PAIVA, RAMOS, 2007, p. 145).

Com o fechamento do jornal *Notícias Populares*, em 2001 e a quebra da lógica da “violência vende”, o jornalismo policial passa a entender o papel decisivo que pode desempenhar na construção de uma nova consciência social, deixando para trás a cobertura unilateral, e passando a incluir temas como direitos humanos, raça e etnia, gênero e violência doméstica em sua pauta (PAIVA, RAMOS, 2007). Essa evolução só foi interrompida anos depois com a popularização dos programas policiais televisivos, que acabaram por promover um recuo na cobertura, retomando práticas sensacionalistas.

Observar essa trajetória do jornalismo policial revela uma impressionante guinada realizada nas últimas duas décadas, impulsionada pela mudança de pensamento coletivo e pela implementação de códigos de ética e estudos acadêmicos sobre o assunto. Ainda assim, é importante ressaltar que obstáculos como a elitização da classe jornalística e a falta de investimento em segurança pública por parte do governo ainda devem ser superados, a fim de acabar de vez com a fama de “calcanhar-de-aquiles” do jornalismo policial e elevar a qualidade da cobertura, trazendo mais do que apenas estatísticas, e sim apresentando à sociedade as multifacetadas dos conflitos urbanos.

### 3.1 IMPRENSA FEMININA

Baseando-se no senso de que os meios de comunicação têm poder de contribuição para consolidar antigas concepções socioculturais ou para modificá-las e, tendo em vista a representação midiática como um componente contribuinte na estruturação de conceitos (FISCHER, 2002), ganha importância imprescindível investigar seu papel frente ao tema da “violência contra a mulher”.

De acordo com Fischer (2002), a mídia tem grande poder de persuasão e dessa maneira consegue exercer papel essencial na constituição de conceitos e convicções culturais e sociais, produzindo e reproduzindo saberes e, ensinando às pessoas sobre modos de ser e estar na cultura. Para Fonseca (2011), ela representa um amplo grau de influência, sendo capaz de direcionar e moldar a opinião pública sobre temas específicos.

O poder midiático, no que tange à manipulação das escolhas dos indivíduos, deve ser levado em conta sem desconsiderar o fato de que, em muitos casos, a influência exercida

pelos meios de comunicação sobre eles não é percebida. O que se nota é que as notícias produzidas pelos veículos de comunicação são aceitas passivamente por sujeitos que não recorrem a nenhum posicionamento ou reflexão sobre a mensagem recebida. São sujeitos com postura passivas (FINAMORE, CARVALHO, 2006).

Para Buitoni (1986), a imprensa feminina se desenvolve junto com as suas lutas e necessidades. É como um reflexo do contexto que as mulheres estão vivendo e debatendo. Suas razões evoluem em conjunto com os seus meios. Pode ser que as revistas femininas fomentem debates acerca de assuntos que se relacionem com suas inquietações e anseios. Segundo Sullerot (1969, p. 269):

Ao longo desta longa história, ela [a imprensa feminina] consumiu e assimilou diversas imagens da condição feminina: a mulher puramente tida como objeto; a mulher pedra angular da tradição familiar burguesa; a mulher conquistadora de liberdades e responsabilidades masculinas; a mulher heroína, capaz de conduzir uma vida masculina e uma vida feminina; a mulher, primeira vítima da tensão do mundo moderno.

Nesse sentido, deseja-se observar não o tipo de conteúdo produzido para as mulheres na imprensa, mas de que maneiras as mesmas são retratadas pelos veículos midiáticos. No que diz respeito a este trabalho, o ponto de partida é o jornalismo policial no âmbito da violência contra a mulher, no qual há muitas nuances a serem consideradas, devido à tendência observada de que esse tipo de crime é comumente encarado ou absolvido como um “crime de paixão”, ou seja, um assassinato “por amor” (BLAY, 2008, p. 38). Numa corrente de naturalização ditada por uma cultura patriarcal, na qual o homem tem direito de subjugar a companheira.

Casos de violência contra mulheres são comunicados nos mais variados canais de comunicação, principalmente na imprensa jornalística, ambiente no qual o assunto deveria, teoricamente, ser explanado por meio de um discurso imparcial. Contudo, esse posicionamento neutro não ocorre sempre, percebendo-se que muitas vezes a vítima é noticiada como culpada pela agressão sofrida (BLAY, 2003).

Essa temática é tida como questão de Justiça e direitos humanos há aproximadamente três décadas, e de saúde pública há cerca de duas (BRASIL, 1994; 2004; 2006; BARSTED, 2012; WASELFISZ, 2012). E ainda que se trate de um fenômeno remoto, passou a habitar um contexto de debate nos espaços sociais, como a mídia (ANDRADE, FONSECA, 2008).

A representação da mulher no jornalismo se caracteriza como um problema social quando reforça estereótipos e não abre espaço para a difusão de novas perspectivas e debates

sobre as questões de gênero, optando por se firmar na mídia tradicional. O destaque conferido ao sexo masculino nas mais diversas esferas, atribuindo às mulheres um papel pouco significativo, bem como a banalização da imagem feminina, e sua consequente objetificação, na criação de um conceito de “produto” a ser consumido, é outro ponto de destaque dessa problematização (VINHOTE, SCONETTO, AGNEZ, 2017).

Para além da falta de representatividade, outro fenômeno é comum em matérias policiais, o da culpabilização. Isso se verifica quando percebemos que, na maioria dos casos policiais o leitor se identifica e cria empatia com a vítima. No entanto, esse movimento é contrário quando se tratam de crimes de violência contra a mulher. Os assassinatos passam a ser justificáveis quando inseridos num contexto de culpabilização da vítima pela violência sofrida, e ocupam um espaço de naturalização, fortificando estereótipos de gênero e uma exposição extrema da mulher (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Nesse cenário, o leitor fica vulnerável a um processo de legitimação do crime, quando é influenciado a enquadrar a mulher nos moldes de gênero. A fim de verificar se suas características correspondiam aos ideais da “moral e dos bons costumes”. O discurso engloba o comportamento, vestimenta, histórico familiar e localização geográfica da vítima, sugerindo interpretações condicionadas (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 149).

Buitoni (1981) afirma que uma exigência à figura feminina foi formada nos anos 1920, para criar padrões comportamentais e culturais. Para Oliveira e Cavalcanti (2007), a imagem feminina estabelecida pela construção cultural simboliza um grande obstáculo para que as mulheres possam ir de encontro com o consenso de submissão vigente na sociedade. Nessa corrente de pensamento, Silva (2010) afirma que a violência contra as mulheres é distribuída de forma mascarada, habitando de forma sutil expressões presentes na linguagem cotidiana. O preconceito se dá de modo velado.

Essas imposições de conduta femininas e exigências de comportamento são um reflexo social, visto que foi apenas a partir da década de 1970 que o movimento feminista passou a lutar por políticas públicas voltadas para mulheres (CAMPOS; CARVALHO, 2011, p. 143), quando ocorre a inclusão da pauta dos direitos humanos das mulheres na Conferência de Viena. Naquela década, foram apresentadas propostas para alterar leis discriminatórias dos Códigos Civil e Penal, 24. Em 1977, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar discriminações contra mulheres brasileiras, iniciando assim uma transformação no pensamento social coletivo (BARSTED, 1994).

A pesquisadora de jornalismo de revistas Marília Scalzo (2003) debate a ideia de que a imprensa não pode mais ser compreendida como espelho da realidade, mas que ainda assim é

impossível negar que ela precisa estar em sintonia com o seu tempo, ou seja, com sua sociedade e que dessa forma acaba por produzir e entregar os acontecimentos que lhe interessam.

Um ponto de atenção, para exemplificar, é o período entre 1950 e 1960. Devido ao desenvolvimento econômico e social que acompanhava o Brasil, o debate refletiu no segmento jornalístico. Este período mostra a força da influência norte-americana na consolidação de novos modelos de jornalismo, com a introdução do *lead*<sup>7</sup>, pirâmide invertida e priorização da objetividade e neutralidade nos textos. A modernidade passa a ganhar espaço nas páginas dos impressos, e culmina na representatividade feminina nas redações (RIBEIRO, 2007).

A historiografia em torno da imprensa e do jornalismo, segundo Silveirinha (2012), destaca o fazer jornalístico como invenção masculina, não citando a participação feminina em seus processos de desenvolvimento. Todo o histórico da profissão reflete relatos da experiência masculina (COVERT, 1981). Todavia, ainda que ocultamente, o desenvolvimento dos jornais foi marcado pela presença de mulheres.

Em 1986, no Brasil, as mulheres ocupavam mais de um terço (36%) dos cargos profissionais nas redações, para uma década depois representarem mais de 40% (ROCHA, 2005). De acordo com dados divulgados em 2006 pelo Ministério do Trabalho, as mulheres ocupavam 52% das vagas de jornalista, carimbando uma tendência de uma representação majoritariamente feminina no mercado de trabalho jornalístico.

Como coloca a historiadora francesa Michelle Perrot (2007), a ideia de que as mulheres tenham, ao longo da maior parte de sua história, desempenhado um papel de seres subordinados e frágeis, as mulheres não são seres submissos.

A participação das mulheres nos veículos da imprensa alternativa expressaram um ato de resistência contra a opressão por elas sofrida. Ao mesmo tempo em que põe em evidência as representações desse tipo de mídia, definindo-a como um agente de grande significado para as transformações da esfera pública.

### 3.2 GAZETA DO POVO

---

<sup>7</sup> No jornalismo, o *lead* é a primeira parte de uma notícia. Geralmente o primeiro parágrafo posto em destaque, que fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo, contendo as respostas às seis perguntas consideradas básicas: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.



Escolhido como fonte de pesquisa dos casos analisados para o presente trabalho, o jornal *Gazeta do Povo* é atualmente o maior jornal do estado do Paraná, e também o mais antigo em circulação. Atualmente, é o quarto jornal mais acessado do Brasil.

Fundada no dia 3 de fevereiro de 1919 pelos advogados Benjamin Lins e Oscar De Plácido e Silva, a *Gazeta do Povo* surge em um contexto de crescimento populacional, econômico e intelectual com o objetivo de ser um jornal com imparcialidade (OLIVEIRA FILHA, 2004). Desde sua primeira edição, o objetivo do jornal foi o de ser porta-voz da sociedade, dando espaço para a propagação de ideias e anseios dos paranaenses (FERNANDES; SANTOS, 2010).

Seguia a linha de cobrir acontecimentos locais e prestar serviços aos habitantes da cidade (OLIVEIRA FILHA, 2004). Para a pesquisadora Oliveira Filha, “a conduta da direção da *Gazeta do Povo* tem sido, historicamente, de evitar o debate político e nunca aceitar o confronto”, querendo seguir uma linha mais neutra (2004, p. 56-57).

Tendo como base os anos 1960, ponto de partida para as análises realizadas aqui, e ao estudar a memória do periódico, vai-se de encontro a um jornalismo que “expressava todo o colorido daqueles anos em que o homem foi à Lua e viveu a revolução dos costumes. Mas também tinha sua cota de amargura – entre uma edição e outra, buscava entender a pobreza, a violência e a condição feminina. Nem sempre acertava” (FERNANDES; SANTOS, 2010). Oscilando entre assuntos “relevantes” e “populares”, as reportagens, abandonavam algumas vezes o cunho informativo para serem por sua vez reduzidas a puro entretenimento. Um dos temas mais ilustrativos disso foi a favelização da capital paranaense, que acaba pegando a sociedade curitibana de surpresa, fazendo com que os jornalistas executem um malabarismo mal treinado ao escreverem matérias sobre um assunto que não sabiam muito bem como abordar (FERNANDES; SANTOS, 2010).

Ao longo de todo o jornal, mas especialmente na página 4 – página policial – cerne da realização deste trabalho, as matérias deixavam de lado o simples fato de informar o que havia acontecido. O ato de noticiar que “fulana” foi espancada, assassinada ou abusada, sempre era feito com um respaldo, um “argumento” que fosse capaz de alegar a defesa do agressor. A culpa era sempre da mulher. “Havia, de fato, pouca visibilidade feminina em outros setores que não o das prendas domésticas, estudadas como se fossem aritmética na Escola de Educação para o lar, na Bento Viana. Natural – nos jornais um sinônimo para mulher era a expressão ‘sexo fraco’” (FERNANDES; SANTOS, 2010).

Seguindo uma lógica sensacionalista e aproveitando-se da criminalidade que pulsava pelas veias da cidade, o jornal se tornou um legítimo “espreme que sai sangue”. Nas páginas

policiais, o reforço da culpabilização da mulher como merecedora das violências que sofria, perpetuava uma lógica simples “ou mulher estava em casa cuidando do marido e dos filhos ou...” (FERNANDES; SANTOS, 2010), ou era responsável pelo que lhe acontecia.

Deixando de lado os pudores e a ética jornalística, os jornalistas pecavam com a falta de sensibilidade na hora de lidar com as vítimas, fosse ela alvo de uma cantada ou de um abuso grave. Pelo contrário, a vida e a memória das vítimas eram expostas, suprimindo uma necessidade de atuar como uma espécie de novela de rádio para as camadas populares. “Por trás de furtos e roubos havia quase sempre uma paixão bandida, protagonizada por jandiras, teresas e miros” (FERNANDES, SANTOS, 2010).

Essa romantização das tragédias, acabou por tornar a *Gazeta* um jornal pouco sensível às mazelas sociais. Não bastava ser agredida ou vítima de algum ato absurdo, ainda restava espaço para a humilhação. A mulher saía na difamada na manchete. Ali, não seria nominada como objeto de um crime, mas como pessoa digna de asco e pena, junto a uma foto desnecessária. “Elas” preenchiam as páginas 4 em conformidade com a mentalidade machista. Ali estava, cotidianamente, a motivação de todos os atos cometidos, “para reforçar o estigma, as ‘decaídas’ e ‘mundanas’, outra corruptela das ‘amásias’, ‘vadias’, ‘desocupadas’ e ‘devassas’, eram fotografadas, com o olho roxo” (FERNANDES; SANTOS, 2010). As narrações dos crimes quase sempre seguiam um padrão: “ele bebia no bar, ela estava por perto, chega mais um e pronto: mulher mexe com o juízo do cidadão e é nisso que dá” (FERNANDES; SANTOS, 2010).

Com o passar dos anos, essa forma de tratamento abusiva foi sendo deixado para trás, principalmente após a redemocratização, com o fim do regime militar, quando a sociedade organizada passou a forçar os jornais a reverem alguns clichês. Além disso, assim como constatado na coleta de casos feita na Biblioteca Pública (ver capítulo 6.1), a partir dos anos 1970 os casos de exposição feminina tendem a desaparecer, tornando com força quando ocorriam casos de grande interesse popular, em especial se envolvessem famosos e ricos.

Hoje, as matérias policiais já não são mais destaque no jornal, que não possui uma editoria específica para o assunto em seu portal online, abrigando esse tipo de conteúdo dentro da editoria “Curitiba”. Além disso, as ocorrências de casos policiais são tratadas hoje com ética e responsabilidade, respeitando o papel feminino e refletindo uma nova forma de se fazer jornalismo.

## 4 COTIDIANO

O cotidiano dos anônimos e os detalhes de suas vidas ordinárias fazem parte do DNA do jornalismo brasileiro desde o século XIX (MAROCCO, 2004; VAINFAS, 2002; AMARAL, 2006). Formas como o *faits divers*<sup>8</sup>, o folhetim, a crônica, e a reportagem (literário ou narrativa), se fundiram à informação e se situaram historicamente no interior da comunicação midiática e na resistência a ela (VOGEL, 2008).

Utilizando-se de um tipo de narrativa que invade o território da literatura, o jornalismo renuncia o estatuto de conhecimento científico, dedicando-se a estudar pequenos enredos, personagens anônimos e aspectos cotidianos das sociedades passadas (VAINFAS, 2002).

A partir desse movimento, a lógica que se adotou nos jornais populares é a de noticiar fatos que interferem no dia a dia da sociedade ou tenham características dramáticas (AMARAL, 2006). Portanto, numa perspectiva historiográfica, passa-se a dar preferência por assuntos ligados ao cotidiano e às representações: o amor, a família, a morte, a criança, as bruxas, os loucos, a mulher, os homossexuais, o corpo, os modos de vestir, de chorar, de comer ou de beijar (VAINFAS, 2002).

Há de se ressaltar uma especificidade negativa ocasionada por essa nova maneira de se contar histórias. Ao falar sobre as vidas anônimas no campo do jornalismo policial, uma chave é virada, e observa-se um tratamento parcial e faccioso por parte dos jornais, diferentemente do tratamento dado aos anônimos na editoria de metrópole, por exemplo.

Mantendo sua fama de lugar de desprestígio, a editoria de polícia sensacionaliza o cotidiano e a vida privada, colocando as mazelas em uma posição caricata. Um exemplo é a transformação simbólica da morte cotidiana, que abunda as páginas do jornal e se torna, pela maneira como o jornal a faz, repetitivamente, ordinária (MAROCCO, BERGER, HENN, 2012).

Noticiar casos de violência é sem dúvida uma tarefa essencial do jornalismo, no entanto exige cautela. Ao falar sobre o cotidiano, é imprescindível que os produtos jornalísticos populares não sensacionalizem ou deturpem os fatos, e sempre levem em conta outros fatores, como a posição econômica, social e cultural dos envolvidos. Outra prática que deve ser adotada é a de noticiar o fato sob uma perspectiva maior, expondo em qual contexto o caso ocorreu e deixando o leitor a par de todas as informações necessárias para entender as complexidades da vida em sociedade com maior clareza.

---

<sup>8</sup> *Faits Divers*: notícia cujo interesse reside naquilo que tem de insólito, extraordinário, surpreendente.

#### 4.1 MORTE

A morte, num tabu desenvolvido no século XX (GORER, 1955), substituiu o sexo como principal interdito da sociedade. Em seu livro *A história da morte no Ocidente*, Philippe Ariès explicita essa mudança de forma didática:

Antigamente, dizia-se às crianças que se nascia dentro de um repolho, mas elas assistiam à grande cena das despedidas, à cabeceira do moribundo. Hoje, são iniciadas desde a mais tenra idade na fisiologia do amor, mas quando não veem mais o avô e se surpreendem, alguém lhes diz que ele repousa num belo jardim por entre as flores (ARIÈS, 1977, p. 89).

Quanto mais a sociedade afrouxava o conservadorismo com relação ao sexo, mais condenava tudo o que fosse ligado à morte. A morte se torna então, o maior rompimento no cotidiano do homem, o que o leva a loucura, tirando-o de sua rotina e lançando-o em um mundo selvagem, agressivo e bárbaro (ARIÈS, 1977).

A morte que aparece na mídia, ocasionada pela violência, integra um processo interpretativo no qual a morte de anônimos e suas vidas ordinárias eram noticiadas sem levar em conta a contextualização do acontecimento, e sim apenas a morte em si mesma (TAVARES In MAROCCO, BERGER, HENN, 2012).

Ao falar incessantemente sobre a tragédia, a mídia cria esse culto fetichizado à morte (ANGRIMANI, 1994), como se mantivesse diuturnamente acesa uma lâmpada votiva de *memento mori*<sup>9</sup> no altar de cada leitor bem vivente (VAZ In MAROCCO, BERGER, HENN, 2012). Auclair (1970) sustenta que, para além de lembrar a mortalidade dos leitores, a notícia policial traz uma “satisfação simbólica”, relacionada com a “catarse” que ocorreria na leitura diária de *faits divers* nos jornais *sensacionalistas*<sup>10</sup>. Isso ocorreria porque as vítimas do *fait divers* são projetivas, ou seja, elas são oferecidas em sacrifício à infelicidade e à morte. “É como se o leitor ao invés de dizer ‘eles morrem em meu lugar’, imaginasse: ‘são os outros que morrem e não eu’” (ANGRIMANI, 1995). Assim como o leitor possui uma jubilação secreta com relação à morte do outro, a mídia também se beneficia desse tipo de acontecimento, de tal modo que:

<sup>9</sup> Memento mori: expressão latina que significa “Lembre-se de que você é mortal”.

<sup>10</sup> O *faits divers* é nutriente principal dos jornais sensacionalistas, no entanto, qualquer dedução que dê a entender que o jornal sensacionalista é violento, enquanto os demais informativos são não-violentos, é incorreta. Nos jornais não-sensacionalistas (como é o caso da *Gazeta do Povo*, objeto deste estudo) há sempre uma carga intensa de violência que não se revela com a mesma intensidade encontrada nos jornais a sensação (ANGRIMANI, 1995, p. 57).

Os acontecimentos mais parecem se configurar como funerais, dada sua dinâmica, cujo movimento é flagrado em imagens registradas e publicadas junto a textos, de forma a constituir narrativas que tanto podem ser comparadas ao cortejo fúnebre quanto ao velório. As pompas fúnebres são — e são feitas para ser — aterrorizantes, assim como os fúnebres acontecimentos jornalísticos que “mais do que a própria morte”, parecem ser produzidos e publicados para atemorizar. Perguntamos se, a exemplo de sacerdotes e feiticeiros que se servem do terror da morte, a mídia dele também não se serviria? (VAZ In MAROCCO, BERGER, HENN, 2012, p. 24)

Após esclarecer a relação a três: morte-jornal-leitor e a “jubilação secreta” que a morte do outro propicia, a questão que permanece nesta equação é desvendar quem são os leitores que consomem a morte como entretenimento. Angrimani (1995) esclarece uma linha de raciocínio errônea que costuma ser adotada:

Pode-se seguir um raciocínio que leva à exclusão: Os leitores de jornais sensacionalistas têm uma formação cultural precária, portanto, estão mais próximos dos instintos e suas manifestações; ao contrário, as pessoas cultas, de formação intelectual superior, teriam os instintos mais “sob controle”, logo, sua opção só poderia mesmo recair sobre os veículos mais moderados, mais racionais. Esse ponto de vista é atraente, por sua simplicidade, mas não se sustem, porque a morte “como espetáculo” (Baudrillard) interessa a todos, igualitariamente, independente do nível cultural ou econômico de cada pessoa. (ANGRIMANI, 1995, p. 54)

O impasse aqui se situa em apreender essa ânsia coletiva pela violência, ainda que projetiva, que a mídia acata e entrega encoberta ou exposta a seus leitores. Essa necessidade de violência coletiva se reflete com clareza no recorte de gênero dentro do jornalismo policial. “O jornalismo expressa o pensamento que circula na sociedade e, por isso, as narrativas ali produzidas sobre o assassinato de mulheres não estão isentas da cultura patriarcal” (BERGER In MAROCCO, BERGER, HENN, 2012).

Ao escrever uma matéria o jornalista se depara com dois direcionamentos: o do jornalismo, que diz com produzir um texto; e o da sociedade, que orienta sobre o que dizer. As rotinas de trabalho do jornalista condicionam a seleção das fontes, assim como o manejo das imagens estereotipadas sobre sexo forte e sexo frágil, produzindo notícias com “ar de família”. “A palavra de ordem pré-feminista de que “a honra se lava com sangue”, associando honra masculina à fidelidade feminina, ainda vive no subterrâneo do nosso imaginário, assim como o determinismo biológico ainda serve para explicar a ligação dos homens com a violência” (BERGER In MAROCCO, BERGER, HENN, 2012).

Essa mudança de tratamento narrativo entre as notas policiais de outrora e as atuais se mostrou com clareza na coleta de casos realizada para esta pesquisa. Na análise de 10 anos de

periódicos da *Gazeta do Povo* (1960-1970), pôde-se constatar que as páginas policiais do período estudado eram compostas em sua maioria por pequenas notas que não passavam de mais de poucas linhas. Relatam pequenas e genéricas mortes. São notas curtas, sem apuração: acidentes, fatalidades, crimes passionais.

Esses pequenos fragmentos de histórias que não se desenvolveram compõem, aos poucos, outra história incompleta e incessante: a morte, sobretudo das mulheres, em meio à cultura patriarcal. Indiferenciadas, são fadadas ao esquecimento e aos rótulos: mulher, assassinada, amante, namorada, privadas de qualquer atributo único. São somente superficialmente lembradas e, ao mesmo tempo, esquecidas.

## 5 JORNALISMO, FICÇÃO E SOCIEDADE EM ENFRENTAMENTO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo tem por objetivo explicitar e aprofundar as quatro linhas teóricas utilizadas na fundamentação para a produção do livro-reportagem *As mulheres da página 4*, fruto deste estudo.

Primeiramente, será apresentada a corrente de escrita do jornalismo literário e sua origem no movimento *new journalism*<sup>11</sup>. Em seguida, traça-se um breve recorte histórico do gênero jornalístico obituário dentro da comunicação, assim como serão destacadas as peculiaridades deste tipo de texto e a importância da sensibilidade jornalística para produzi-lo. Segue um resumo do gênero textual livro-reportagem, ilustrando suas principais características e motivos que o levaram a ser escolhido como produto final dessa pesquisa. E por fim, faz-se um panorama sobre o gênero conto-reportagem, escolhido para transpor as histórias das vítimas para uma linguagem ficcional no livro-reportagem, única forma de torná-las possíveis.

### 5.1 JORNALISMO LITERÁRIO

A definição para a origem do jornalismo não ocupa um espaço de consenso entre os autores e pesquisadores. Para muitos deles, o fenômeno se inicia na Pré-História, com a primeira comunicação humana. Para trazê-lo aos tempos modernos, deve-se levar em conta os séculos XVIII e XIX, quando os jornais assumem maior periodicidade e carregam características como publicidade, atualidade e universalidade (PENA, 2005).

Para Pena (2005) o jornalismo tem sua natureza enraizada no medo. O homem alimenta em si o desejo de ser um conhecedor, motivado justamente pelo seu medo do desconhecido. Dessa forma, ele pensa ter o poder de controlar sua vida, ganhando o sentimento maior de segurança para enfrentar o cotidiano aterrorizante ao seu redor.

Essas noções básicas sobre jornalismo são necessárias para a compreensão de seu entrelaçar com a literatura, que vem a culminar no gênero do jornalismo literário. Como conceito, o jornalismo literário dá seus primeiros passos no século XX, e para alguns autores, a relação entre literatura e jornalismo se configura de modo simples no século XIX, ganhando

---

<sup>11</sup> Estilo de redação de notícias e jornalismo, desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970, que usa técnicas literárias consideradas não convencionais na época.

forma mais específica, momento no qual os escritores passam a desempenhar papéis de cronistas, editores, articulistas, autores e cronistas.

Pela perspectiva de outros a determinação do gênero está ligada à crítica de obras literárias veiculada em jornais, enquanto outra parcela identifica um entrelaçamento do conceito com o *New Journalism*, movimento iniciado nas redações americanas nos anos de 1960, ainda que tenha raízes na década anterior, com Joseph Mitchell e Lillian Ross. Deve-se lembrar que alguns autores também incluem os romances-reportagem, as biografias e a ficção jornalística nesse contexto de confluência entre jornalismo e literatura (PENA, 2006).

Em outro âmbito, ao se realizar um destrinchamento do termo literatura, advindo do latim *literatta* (GALENO, 2002), a relação estabelecida pelo jornalismo e literatura não se aproxima apenas em seu sentido semântico, mas também em seu sentido prático. Para Clóvis Rossi, o jornalismo seria como uma luta para conquistar o interesse e atenção do público. Essa proximidade se confirma pelo uso das palavras, que se tornam tanto para o jornalismo quanto para a literatura o principal recurso. É na necessidade de criar uma narrativa que a união desses dois conceitos se justifica. A atenção do leitor e a palavra escrita encontram seu marco originário nessa relação (ROSSI, 2002).

Confirma Cosson:

O jornalismo é o império dos fatos, a literatura é o jardim da imaginação. Na metáfora do império estão contidas as ideias de força, domínio e amplidão de territórios, que contrastam com a fragilidade e a sacralidade da arte de cultivar as flores da linguagem no jardim da imaginação. (COSSON, 2002, p. 58)

O jornalismo constrói a imagem das informações que deve compartilhar por meio do uso de recursos literários. O uso da literatura nos jornais, até os anos de 1930, eram direcionados apenas como fonte de entretenimento para o leitor. Esse cenário ganha outra intenção quando entra na cultura mercadológica, e mais do que compartilhar as informações o interesse passa a ser vender histórias. O jornalismo usa da literatura para criar um produto de consumo (LIMA, 2009).

Para Lima, o jornal serve como uma nova caracterização da literatura, quando esta passa a estabelecer uma aproximação com o público e ao mesmo tempo receber uma notoriedade diferente. Em seu entendimento, o autor considera esse o principal fator que leva a literatura até as páginas dos jornais impressos e que também atrai escritores às redações de jornal (LIMA, 2009).



O jornalista literário, ao conceber a entrega da notícia de uma maneira diferente do *lide*<sup>12</sup> tradicional, não descarta o aprendizado adquirido com o jornalismo diário ou abandona as técnicas narrativas. Em contrapartida, desenvolve esses conhecimentos, sendo capaz de construir novas estratégias profissionais. É válido salientar que os princípios do texto jornalístico continuam, não deixam de ser importantes, e são justamente detalhes como observação, apuração dos fatos, rigor das informações, ética, e clareza na abordagem que dão destaque a esse gênero (PENA, 2006).

Eduardo Belo (2006) assegura que o fim da Segunda Guerra Mundial foi um marco para a produção de obras do jornalismo literário. Lembrando o que diz Rangel e Ribeiro (2006), para quem os primeiros sinais do jornalismo literário surgem em 1920 nos Estados Unidos, quando repórteres atuando em cobertura de guerras enxergam a carência de um aprofundamento dos fatos levados ao leitor. Notava-se a necessidade de entregar ao público mais detalhes e de forma mais precisa, agregando não somente novas narrativas mas também humanização e emoções aos textos.

Entre os estudos devolvidos para o entendimento do jornalismo literário como conceito, há autores que o absorvem de outra maneira, como Gustavo de Castro. Ele classifica o jornalismo literário não como gênero, mas como uma soma de conhecimentos, técnicas, estilos e saberes. Nesse sentido, enquadra o jornalismo literário no que chama de “literatura de complexidade”, uma vez que une de forma simultânea e complexa o real e o irreal, a ficção e a não ficção, o falso e o verdadeiro, o ficcional (CASTRO, 2010).

O gênero, seguindo esse sentido de complexidade, não pode ser tratado como uma tentativa de reformular os trabalhos na redação ou de pôr à prova o exercício da escrita literária na elaboração de livro-reportagem. O jornalismo literário se forma dentro de um entendimento maior. Ele seria a forma de pôr em prática todas as obrigações jornalísticas, sem deixar de lado uma experiência completa de leitura, na qual se nota a habilidade de potencializar os recursos do jornalismo, entregar profundidade de informação, possibilitar amplas perspectivas e a discussão de outras realidade, ir além dos limites dos acontecimentos cotidianos, efetivar o exercício da cidadania, o rompimento de estigmas enraizados e de correntes burocráticas – como o *lide* – e como destaca o autor Pena, fazer com que o jornal sirva para algo a mais do que embrulhar o peixe na feira do dia seguinte (PENA, 2005).

---

<sup>12</sup> Em jornalismo, o lead é a primeira parte de uma notícia. Geralmente o primeiro parágrafo posto em destaque, que fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo, respondendo às perguntas: o que, quando, onde, como, quando e por quê.

É nesse sentido que se destaca o valor da escrita do jornalismo literário, ao se entender que uma história firmada sob seus preceitos é resistente. O produto advindo desse gênero tem como grande característica a permanência, longe de tudo que chega a ser superficial. As obras criadas nesse contexto não são simples reportagens do cotidiano, não conseguem cair no esquecimento. Um livro bom tem o poder de se perdurar por gerações. Seu conteúdo alimenta o imaginário dos indivíduos e do coletivo, abraça a história em seus mais variados contextos, e junto com o jornalismo literário une o poder da informação bem apurada à emoção proporcionada pelas palavras. A realidade é multifacetada (PENA, 2005).

## 5.2 OBITUÁRIO

O obituário é, inquestionavelmente, na imprensa diária, o gênero que mais flerta com o jornalismo literário. Por apresentar maior liberdade e não estar estritamente ligado ao sistema jornalístico de produção, como a notícia, por exemplo, possibilita ao jornalista se afastar da escolha comum de personagens, e levantar novas fontes, muitas vezes protagonistas anônimos (SUZUKI JR., 2008; PENA, 2006).

O obituário pode ser considerado uma junção entre o passado e futuro, dada sua transição entre morte e atualidade: “Um obituário é quase sempre uma ode à vida – ainda que reitere a brevidade de tudo, ao tomar o ponto final da existência como ponto de partida do jornalismo” (SUZUKI JR., 2008, p. 289).

Tradição em países anglo-saxões, o modelo tradicional dos obituários como se conhece foi celebrizado pelo jornal britânico *The times*, particularizando-se pela impessoalidade nos textos longos, a linguagem formal, a checagem das informações e a credibilidade ao relatar a vida dos que fizeram parte da sociedade do século XX (SUZUKI JR., 2008, p. 306).

Até meados do século XX, os obituários se restringiam a contar a vida das figuras públicas e da elite, deixando de lado as “pequenas vidas bem vividas”. Foi só a partir de 1980 que este gênero jornalístico se sobressaiu, quando Jim Nicholson, no *The Philadelphia Daily News*, passa a publicar obituários de vidas comuns, transformando a lógica dos grandes jornais e influenciando jornais ao redor da América do Norte (NICHOLSON, 2006).

No Brasil, o gênero chegou tardiamente, devido a fatores culturais no tratamento da morte [ver capítulo 4.1]. A primeira publicação registrada foi feita apenas em outubro de 2007, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que decidiu agregar o obituário à suas páginas, inspirado nos modelos do *The New York Times* (SILVA, 2016). O jornal *Gazeta do Povo*,

deixou para trás as notas de falecimento e passou a produzir obituários literários em 2008 (CARVALHO, 2016).

Os obituários têm aparecido em duas maneiras distintas nos jornais brasileiros: em textos neutros, que somente listam os acontecimentos da vida por meio de informações cedidas pelos familiares aos jornais, modelo adotado pela *Zero Hora*; ou em textos mais ornamentados, marcados pela autoria e a investigação aprofundada, a exemplo dos obituários da *Folha de S. Paulo* (MAROCCO, 2011).

Outra seção comum aos jornais ocidentais (ISSLER, 2003) é o necrológio, serviço que comunica os falecimentos da região. Essa seção, composta por nome, idade e profissão dos falecidos, desvirtua qualquer tipo de simbolismo, constituindo um “último registro por compaixão ou virtude piedosa da imprensa” (ISSLER, 2003, p. 78).

Esse necrológio é diferente de obituário, levando em conta que o primeiro pode ser pago e apresenta de maneira sucinta a trajetória daquele que morreu (MELO, 2016), enquanto o obituário é uma minibiografia, que revela as peculiaridades e pormenores mais especiais escondidas por trás da vida da personagem (CARVALHO, 2010).

Ao escrever um obituário, o jornalista “deve estar sempre livre de qualquer preconceito, qualquer ideia pré-fixada pela pauta ou por ele mesmo. É a sua sensibilidade que vai determinar o enfoque da matéria” (KOTSCHO, 2004). Pode-se dizer que, para além da técnica, o fator “empatia” é decisivo:

Quase nunca temos a necessidade de apresentar o morto como um santo ou um monstro: é possível, com todo respeito pela alma que talvez esteja na soleira do inferno, ser realista, até mesmo picante, sem ser injusto ou cruel. Os melhores amigos do morto serão capazes de fechar o jornal e dizer “esse era o Abner que conheci em vida (WALKER *apud* SUZUKI, 2008, p. 290).

É comum na prática jornalística defrontar-se com entrevistados que modificam de maneira proposital ou não suas memórias, relatando apenas o que acreditam ser o que o escritor deseja ouvir (VILAS BOAS, 2007).

Por isso, conclui-se que lidar com o filtro da memória é um trabalho de extrema delicadeza e exige que o jornalista ou historiador seja muito cuidadoso ao tomar os relatos, utilizando-se de sua sensibilidade para produzir um texto que apresente o perfilado sem eufemismos e de maneira não-maniqueísta.

### 5.3 LIVRO-REPORTAGEM

Ariane Carla Pereira (2006) defende o livro-reportagem como um gênero híbrido que, ao unir jornalismo e literatura, não perde, mas ganha autonomia, sendo capaz de construir um novo espaço de debate criação dentro dessas duas esferas de entendimento.

Um marco histórico na ascensão da reportagem como livro ocorreu a partir da década de 1960 com o *boom* do movimento *New Journalism* (Novo Jornalismo) nas redações americanas. Nesse período, o jornalismo adotou a prática de mesclar narrativas literárias a informações da vida cotidiana publicadas no jornal, processo que deu fôlego para a produção de grandes reportagens, que saíram as páginas dos jornais e revistas para se tornarem livros.

No Brasil, a primeira grande obra a se classificar no gênero de livros-reportagem foi lançada em 1902 – *Os sertões*, de Euclides da Cunha. No entanto, o gênero só se popularizou no país a partir da década de 1980, quando tensões políticas e a crise que assolaram os veículos impressos contribuíram para que grandes reportagens ocupassem as páginas dos livros (BELO, 2006).

O livro-reportagem tem a função de informar e aprofundar debates que ocorrem na sociedade, servindo como um canal de difusão de informações, que promove debates para que o público mude e se posicione. É construído a partir da junção dos acontecimentos duradouros e reais, simboliza as situações, as ideias e as figuras humanas, e oferece ao leitor a chance de se situar em frente às variadas realidades, mostrando o significado e valor do mundo (LIMA, 2004).

Dentro da construção da escrita desse gênero, o jornalista é livre para deixar de lado a rigidez dos jornais diários e faz uso — sem perder o seu teor informativo informacionais — de elementos literários. A história contada por meio do livro-reportagem apresenta os indivíduos sob um olhar mais humano. Costura uma narrativa mais detalhada e explicativa. Esse gênero busca aumentar a consciência situacional do leitor, à medida em que o contexto dos fatos é relatado de forma mais aprofundada e abrangente (MOTA, VELASCO, MAIOLINI, 2011).

O professor Luiz Paulo Maia (2008), confirma essas características:

O livro-reportagem serve como instrumento para suprir as lacunas deixadas pelo muitas vezes fragmentado e descontextualizado jornalismo diário, seja nos meios impressos, no rádio e na televisão ou na Internet. [...] Além disso, a falta de espaço nesses meios não ocorre no livro-reportagem que, muitas vezes, é fruto da inquietação e do interesse do jornalista em trazer ao leitor uma visão mais aprofundada (MAIA, 2008)

O livro-reportagem aparece como um modelo alternativo para o jornalismo diário. Possibilita que o repórter use temas diversos, e que invista tempo na apuração e produção de

um conteúdo mais denso. O gênero necessita de uma contextualização ampla, não fragmentada, que fuja da superficialidade adotada por grande parte dos veículos de comunicação contemporâneos. É constituído por um extenso trabalho de pesquisa e dedicação, mostrando-se vantajoso no sentido em que é capaz de criar conexões mais significativas com o leitor (BELO, 2006).

O livro-reportagem possui carta branca em relação a características bastante consagradas do jornalismo tradicional, sendo um deles o preceito de que o produto jornalístico só deve tratar do que é atual. Em muitos casos, a produção jornalística, ao reproduzir apenas a atualidade, cai no esquecimento ao entregar um conteúdo efêmero. (LIMA, 1993). No caso do livro-reportagem, a ausência de prazos extremamente curtos permite que o jornalista fuja da lógica das *hard news* e se aprofunde mais no tema, tratando aspectos que, por falta de espaço ou tempo, são postos de lado nas coberturas cotidianas.

Além do fator temporal, e de que o jornalismo literário não acomoda temas com desenvolvimento raso, outros princípios são considerados na produção desse gênero, como conteúdo, dimensão e forma. Belo (2006) constata ainda que uma das características mais marcantes do livro como veículo jornalístico é o mergulho profundo nos personagens, fatos e situações. Este suporte exigiria, portanto, um nível de detalhamento e contextualização que outros meios não conseguiriam oferecer.

Segundo Vilas-Boas (1996), é necessário perceber e captar os mais completos detalhes dos modos, trejeitos, aparência e da forma como personagem fala ou se move. São aqueles pequenos toques humanos, que até podem não ser fundamentais para impulsionar a narrativa, mas fazem os personagens parecerem reais. Relacionado a essa coleta de detalhes, advém um dos maiores riscos que se corre ao produzir histórias de não ficção (testemunhos, biografias, histórias de vida, memórias). Para a escritora e crítica argentina Beatriz Sarlo (2007), o perigo reside na dimensão subjetiva que se dá a esses relatos. É o que a autora denomina como “guinada subjetiva”, uma leitura pós-moderna em que o passado é reconstituído por meio do testemunho, considerado ícone único e absoluto da verdade (SARLO 2007).

Outro perigo reside ainda na liberdade de angulação, que está ligada ao fato de o livro-reportagem ser uma obra autoral. Ou seja, carrega a presença do seu realizador de forma expressiva, muitas vezes, demasiadamente marcante (LIMA, 2009).

O livro-reportagem se mostra a melhor alternativa para botar no papel temas que demandam uma investigação minuciosa, que abrange as implicações e decorrências do acontecimento, e não apenas o fato em si. O formato se faz adequado em face da impossibilidade de produção e publicação de um conteúdo de tamanha profundidade em um

veículo periódico, uma vez que a rotatividade diária acaba limitando a mídia e acarretando na publicação de informações imprecisas e incompletas devido à pressa pela prontidão.

Neste trabalho, a escolha pelo livro-reportagem se deu em razão da possibilidade de balancear jornalismo e literatura, aproximando-se assim de um formato híbrido, capaz de comportar as especificidades do projeto.

#### 5.4 CONTO-REPORTAGEM

O conto-reportagem ou conto de não-ficção é o gênero rejeitado tanto pelo jornalismo quanto pela literatura. Mora no limite entre os dois mundos, tornando-se a alternativa textual para os momentos em que o jornalismo não dá conta de apreender a realidade que o cerca (VERMIGLIO, 2015).

A narrativa de não-ficção, que não se encontra congelada no passado, especialmente no jornalismo literário, alcançou status de um novo gênero de altíssima qualidade – advogam autores famosos –, independentemente de reconhecimento oficial. Continua a encontrar novos meios de manifestação, neste novo século (LIMA, 2009,145)

No Brasil, o gênero chega através da revista *Realidade*, na década de 1960, influenciada pelo movimento norte-americano do *New Journalism* e pelos entraves políticos que ditavam o ritmo do país na época. A *Realidade* era pioneira em trazer reportagens que iam além do senso comum. Um dos autores expoentes foi João Antônio, escritor e jornalista que celebrizou o conto-reportagem no Brasil.

Nessa mesma época, diversos jornalistas optaram por lançar mão da ficção e publicar romances, contos e poemas, uma vez que o regime militar havia calado grande parte da imprensa durante o período ditatorial. Tendo conhecimento dos trabalhos realizado por João Antônio, nos quais conseguiu aproximar a literatura da fala cotidiana, abrindo caminho para uma nova ótica da realidade brasileira, este trabalho considera a importância do conto-reportagem justamente por sua capacidade de apresentar para o mundo realidades antes marginalizadas (VERMIGLIO, 2015).

Para o escritor Edgar Allan Poe (1842), o conto se valida como um gênero textual superior devido ao seu poder de configurar o que chamou de “unidade de efeito”. O leitor, em contato com esse tipo de escrita é capaz de receber de forma plena a intenção do autor na criação de uma história e vê-se envolto em uma entrega de leitura completa, capaz de firmar toda sua atenção e interesse. Seria o controle do escritor sobre o seu leitor.

O jornalismo ocupa naturalmente a função de apuração dos acontecimentos, em uma busca de comunicação imparcial da informação. E levando em conta que a literatura busca em sua complexidade transformar a linguagem em uma reprodução que alimente o sentimento e percepção de contato com algo real. Valer-se de contos para o desenvolvimento do projeto, representa a possibilidade de contar a história das mulheres da página 4 por meio de uma escrita híbrida, que não abandona a apuração jornalística, nem abre mão da liberdade criativa presente na literatura.

## 6 METODOLOGIA

O objeto da presente pesquisa é o enquadramento noticioso realizado pelo jornal *Gazeta do Povo* sobre casos de homicídio cometidos contra mulheres – hoje compreendidos como feminicídios – na década de 1960.

A janela temporal – de 01/01/1960 a 31/12/1970 – foi escolhida por corresponder ao intervalo em que se inicia a chamada segunda onda feminista, com a ascensão dos movimentos de gênero no Brasil, gerando a conquista de muitos direitos para as mulheres; e a profissionalização de jornalistas, com o surgimento de cursos universitários para a área de atuação. Esse período compreende também um importante marco dentro do jornalismo policial, que vivia seus “dias de ouro”, com as equipes formadas pela tradição oral, anteriores às faculdades de jornalismo.

Portanto, o primeiro passo da pesquisa consistiu na coleta do material a ser analisado. Nesse intervalo total de 11 anos, foram recolhidas 28 matérias na seção policial do jornal, a partir da observação de mais de 4 mil edições. Como critério de inclusão na amostra, foram selecionadas matérias que noticiavam o homicídio de mulheres trazendo as palavras “amásia”, “decaída” ou “amante”.

É importante ressaltar que apesar de utilizado no presente trabalho para classificar os casos estudados, o termo “feminicídio” não aparece nas matérias, isso porque só surge linguisticamente nos anos 1970 e passa vigorar judicialmente a partir de 2015, com a sanção da Lei n.º 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que incluiu no Código Penal brasileiro o assassinato contra a mulher por razões da condição de sexo feminino como uma nova modalidade de homicídio qualificado.

A busca destas matérias foi realizada na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, por meio de um trabalho extensivo e intensivo de observação de cada um dos periódicos em máquinas leitoras de microfilme; e a seleção manual das matérias, que depois foram digitalizadas.

O segundo passo da pesquisa foi constituído por uma rodada de entrevistas com três jornalistas policiais que atuaram nas redações paranaenses entre as décadas de 1960 e 1980: Vania Mara Welte, primeira mulher a ganhar o Prêmio Esso Regional de Jornalismo no Paraná, com uma série de 17 matérias, veiculadas pelo *Jornal hora H* sobre o caso das “Bruxas de Guaratuba”; Mara Cornelsen, jornalista policial com mais de 30 anos de experiência, foi coordenadora da equipe de jornalismo policial da *Tribuna do Paraná*; e Hernani Vieira, que atuou durante 18 anos na editoria policial do jornal *Gazeta do Povo*. A



fim de criar um fio condutor para as entrevistas com esses profissionais, foi definido o seguinte roteiro de perguntas:

- 1) Qual é a sua percepção sobre a maneira que o jornalismo policial retratava as mulheres vítimas de feminicídio?
- 2) De que maneira as grandes transformações da sociedade afetaram o jornalismo? Porque demoraram tanto para afetar o jornalismo policial?
- 3) Quem era o jornalista policial da década de 60?
- 4) Você se dava conta que a cobertura era venal, discriminatória? Algo lhe incomodava? Você chegou a fazer uma crítica?
- 5) O que mudou no jornalismo policial dos anos 60 para cá?

Após a realização das entrevistas, o terceiro passo do projeto foi a criação de um esqueleto para o livro, definindo a estrutura dos capítulos e quais casos seriam transformados em contos. Neste momento foi feita a opção por incluir no livro um capítulo sobre a história de Enedina Alves Marques, primeira engenheira negra do Brasil e ponto de partida para a idealização deste projeto. Foi decidida também, a inserção de um capítulo a respeito da década de 1970, mostrando como o projeto tem potencial para ser prolongado, visto que o tratamento pejorativo das mulheres no jornalismo policial continuou e continua – ainda que em menor número – a existir.

Para a seleção dos casos<sup>13</sup> que protagonizariam o livro-reportagem, optamos por utilizar as histórias mais marcantes, que trouxessem mais impacto e possibilitassem a produção de contos mais criativos e emocionantes, sendo elas: 1) Recebeu recusa amorosa e matou mulher com oito facadas: Preso 2) Biscateiro assassinou a sexagenária com enxada ao ser chamado de bêbado 3) Cena de sangue em Sta. Quitéria: matou a amásia com 1 tiro 4) Menor viu criminoso assassinar sua mãe: homicídio passional na Vista Alegre, bairro das Mercês.

Os casos escolhidos se justificam no desejo de trazer um panorama sobre o avanço dos anos, sendo estes apresentado conforme sua ordem cronológica de acontecimento em 1961, 1962, 1963 e dando um salto para 1967. A histórias representadas buscaram fomentar o amplo cenário de violência contra mulher, abordando a violência cometida pelo parceiro da vítima,

---

<sup>13</sup> As reportagens que inspiraram os contos estão presentes nos anexos da monografia.

pelo assédio de um desconhecido, pelo histórico de violência e pelo simples fato de se ser mulher.

A metodologia de pesquisa aplicada neste trabalho se deu por meio de estudos bibliográficos, que compreendem a leitura de livros, relatórios e artigos que englobam os temas Violência contra mulher (OLIVEIRA e CAVALCANTI, BLAY) Movimento Feminista (PINTO), Imprensa Feminina (CAMPOS, CARVALHO), Jornalismo Policial (PAIVA E RAMOS, SODRÉ) Cotidiano (VAINFAS) Morte (ARIÉS) Jornalismo Literário (PENA), Obituários (SUZUKI JR) e Livro Reportagem (LIMA, BELO), utilizados para embasar uma escrita e incorporar a seriedade do trabalho jornalístico com a profundidade e subjetividade de uma obra ficcional.

O quarto e último passo foi o da escrita e diagramação, momento em que foram utilizadas técnicas de escrita literária combinadas ao texto jornalístico com a finalidade de criar um produto híbrido, que em tom de manifesto trouxesse dados, entrevistas e a documentação de recortes de periódicos antigos, além de promover uma reparação histórica através da linguagem poética. Para isso, foram incorporados na diagramação elementos como ilustrações e infográficos.

Todas as etapas foram aplicadas a fim de culminar em um produto final que não somente elencasse dados e estatísticas, mas que fosse capaz de entregar o seu objetivo principal: Dar voz a essas mulheres que foram silenciadas e mudar a maneira como ficaram marcadas na história.

## 7 PRODUTO

O livro-reportagem *As mulheres da página 4* é um livro digital que conta a história de quatro mulheres vítimas de homicídio, que tiveram suas mortes noticiadas de maneira pejorativa na seção policial do jornal *Gazeta do Povo* na década de 1960. Dentro dele, o conteúdo está dividido em 12 capítulos.

O primeiro capítulo é composto por uma introdução sobre o projeto e o relato da experiência das autoras contando como foi o processo de realização. O segundo traz a história de Enedina Alves Marques, primeira engenheira negra do Brasil, nele a linguagem ficcional se mistura à jornalística, remontando os principais momentos de sua vida através de uma reconstituição imaginada.

No terceiro capítulo há uma série de colagens contendo na íntegra as digitalizações de todos os casos de feminicídios encontrados na pesquisa e coleta realizada na Biblioteca Pública do Paraná.

O quarto capítulo contém o primeiro dos quatro contos presentes no livro, baseado na história de Lúcia Danielski, assassinada por seu companheiro Lourival Teixeira do Amaral em 16 de fevereiro de 1961, logo após recusar-se a acompanhá-lo ao carnaval. Este conto intitulado “Cada canto um conto”, traz a reconstituição dos últimos dois dias de vida de Lúcia, que em primeira pessoa narra *flashbacks* de sua vida enquanto passeia pelos cômodos de sua casa. Ao fim do capítulo há ainda o recorte de jornal que contém a matéria original que noticiou a morte da personagem.

Em seguida, no quinto capítulo, há uma entrevista com o jornalista policial Hernani Vieira, que aborda temas como memória, a entrada feminina no mercado de trabalho pós ditadura militar e a absolvição dos assassinos sob o viés do “crime passionai”.

O sexto capítulo traz o conto “Sol e chuva, aniversário de viúva”, que retrata a história de Verônica Fanine Lambides, assassinada em 26 de fevereiro de 1967, a golpes de enxada, por seu funcionário José Leal, após encontrá-lo repousando em uma carroça e chamá-lo de “bêbado” e “vagabundo” por não estar trabalhando. Nele, a viúva sexagenária relata os últimos quatro anos de sua vida, desde o falecimento do marido, até o seu próprio.

No sétimo capítulo, Vania Mara Welte fala em entrevista sobre sua experiência como mulher pioneira na redação do jornal *O Estado do Paraná* e a cultura do “briga de marido e mulher ninguém mete a colher” contra a qual lutou durante toda a sua carreira.

O oitavo capítulo abriga o terceiro conto “Decaída, doida, depravada”, sobre a história de Felismara B. Rodrigues, morta no dia 06 de junho de 1963, após ser perseguida por seu assassino Raimundo da Costa e atingida com oito facadas ao sair de um bar.

O nono capítulo apresenta a entrevista realizada com Mara Cornelsen. Com mais de 30 anos de experiência na cobertura de jornalismo policial a jornalista passeia sobre temas como o preconceito de tempos passados de ser uma mulher jornalista, a sensibilidade na perspectiva do autor na hora de contar histórias e a paixão pela profissão.

No capítulo seguinte, o conto “Contagem regressiva” narra a história de Júlia Agostinho de Paula, vítima de homicídio no dia 26 de abril de 1962. Morta por um tiro de pistola disparado por seu companheiro João Leal, com quem vivia há 8 anos. Seu filho presenciou toda a cena, enquanto a mãe que passava por diversos episódios de espancamento tentava fugir de casa.

O décimo primeiro capítulo “Avance uma década” expõe uma reflexão levantada pelas autoras sobre os anos 70, década seguinte ao recorte temporal de análise escolhido por elas. Nele, expressam as possíveis viabilizações para continuação desse projeto e também alterações semipercebidas nessa nova década, que representaram mudanças significativas no modo como o jornalismo policial passa a ser escrito.

O décimo segundo capítulo “Não são casos isolados”, é uma conclusão reflexiva trazendo dados sobre feminicídio no Brasil e no mundo. Nesse texto se colocam não somente no papel de autoras, mas também de mulheres, trazendo à tona pensamento sobre como participar mais ativamente do feminista e de que forma, a sociedade pode iniciar uma mudança no cenário de violência contra mulher.

No que está relacionado à estética do produto, a diagramação do livro buscou unir, também visualmente, a proposta deste trabalho, o jornalismo de informação ao jornalismo literário. Através da psicologia das cores foi transposto no livro com a cor azul o sentimento de nostalgia, tom que frequentemente é relacionado à esperança, piedade e sinceridade. Foram incorporadas também ilustrações no formato de silhuetas, trazendo o perfil das mulheres da página quatro, mulheres sem rosto. O preto das páginas simboliza o luto e a morte, tema central do trabalho, e o branco a o despertar de uma nova ressignificação da memória.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Folhear um jornal, assim como acompanhar notícias de rádio, TV e internet, são oportunidades para constatar a presença da violência no cotidiano das mulheres. Na grande maioria das matérias, a mulher aparece como vítima da violência, em suas mais diversas expressões, o que remete a antigas lutas femininas. Assuntos como assassinatos de mulheres, abuso sexual, estupro e outros crimes aparecem nas páginas dos jornais, algumas vezes sob um tratamento emotivo, oscilando entre o sensacionalismo e a banalização da violência de gênero. Ao revelarem algumas faces destas expressões da violência, os discursos da mídia demonstram a pertinência do tema para o debate público, ao mesmo tempo em que apresentam traços de um discurso essencialmente masculinizado, em que os sujeitos da opressão são principalmente homens.

Ainda que haja reconhecidos avanços em relação à situação das mulheres no país, muitas delas permanecem vítimas da tradição patriarcal incutida na sociedade, expressa, muitas vezes, por meio da maneira como são retratadas na mídia. Neste contexto, a mídia, e em específico os jornais, pode desempenhar um papel fundamental na consolidação de estigmas, posto que é capaz de denunciar, apontar soluções e, além disso, gerar um debate a respeito do tema. Na maioria das vezes, a cobertura por parte da imprensa é restrita ao fato em si, sem indicar possíveis desdobramentos ou estimular uma ampla discussão.

A partir do estudo de fatores como a repressão da sexualidade feminina, sua submissão ao prazer masculino e sua consequente relação com a desvalorização de seus direitos, pôde-se entender porque determinados aspectos da realidade acabam sendo destacados em relação a outros e de que modo a mídia contribuiu para o papel da naturalização do que entendemos atualmente por feminicídio, já que esse tipo de crime é banalmente encarado ou absolvido como um “crime de paixão”. Ou seja, um assassinato “por amor” numa cultura em qual o homem tem direito de dominação sob sua companheira.

A mídia, de modo geral, constitui um importante meio na construção de subjetividades. Tendo em vista que casos de feminicídio têm recebido maior notoriedade nos meios de comunicação nos últimos anos, torna-se então, importante estudar seu papel frente à temática. A presente pesquisa buscou entender como os homicídios contra mulheres foram tratados nos anos 1960 no jornal *Gazeta do Povo*.

Apesar das movimentações femininas registradas nesse período, ligadas ao movimento sindical, ao meio empresarial e até mesmo à educação, a visibilidade feminina, sobretudo nas páginas policiais, permaneceu encoberta, não acompanhando os avanços obtidos pelo

movimento feminista ao redor da América. Esse quadro sofreu drásticas modificações nas últimas cinco décadas, inclusive no contexto do jornalismo policial, como foi observado nesta pesquisa. Mesmo que em menor escala, houve mudanças de enquadramento da notícia no decorrer dos anos 60 no periódico analisado. Esses avanços não significam que ainda não haja desafios. O tratamento dado pela mídia ainda exerce papel fundamental na consolidação e manutenção de concepções patriarcalistas e na naturalização da violência contra a mulher. E também contribui para reforçar conceitos cristalizados de hierarquia e dominação masculina, que são passados de geração em geração.

Certamente não se pode julgar esse cenário passado pelos olhos de hoje, mas, em contraponto, buscar respostas para as motivações que direcionavam a mídia da época a produzir tais tipos de conteúdo. A pesquisa apenas comprova que a imprensa não é descolada do resto da sociedade e que estava reproduzindo um senso comum. O mergulho nesse universo possibilitou a dedução de algumas hipóteses a fim de explicar por qual razão o tratamento das mulheres vítimas nas páginas policiais foi misógino por tantos anos.

Uma das hipóteses levantadas foi a de que o número reduzido, ou muitas vezes inexistente, de mulheres trabalhando nas redações tiveram papel significativo para esse quadro. Sem mulheres na redação, o tratamento machista aos feminicídios não encontrava contra-argumentação. Outra razão possível é a tardia profissionalização do jornalismo, que só começa a receber profissionais formados a partir da década de 1970, trazendo consigo um olhar mais atento e sensível. Ou ainda a influência do peso histórico do sexismo, que fez com que a imprensa disseminasse o senso comum, reforçando a premissa de que a mídia sempre vai atrás das mudanças sociais e nunca atua como vanguarda.

A sociedade da época carregava consigo um senso de moralidade reproduzindo o estigma de que “a mulher não pode vacilar”. Ao mesmo tempo, a imprensa estava imersa num descompasso do debate pós-Guerra, presa a um olhar arraigado. Com a redemocratização, a sociedade organizada passa a forçar a quebra desses estigmas e alteração da visão preestabelecida, fazendo com que a imprensa revisse certos clichês que seguia reproduzindo.

Ainda é uma questão em aberto concluir de fato como esse cenário foi se alterando. Não temos como saber ao certo o porquê a imprensa foi machista, mas se deve considerar que ainda que as atitudes não fossem justificáveis, são explicáveis. O que não se pode esquecer é

que ao mesmo tempo em que essa reprodução sistemática acontecia, em algum lugar essa misoginia estava sendo quebrada, casos como os das mídias alternativas o *Mulherio* <sup>14</sup>.

Ainda que a discussão em torno do lugar da mulher no processo histórico de construção do jornalismo tenha tido um crescimento nos últimos anos, sobretudo, pelo avanço de reflexões sobre a questão de gênero, a comunicação continua a caminhar a passos lentos em direção a mudança das práticas jornalísticas. Em vista disso, o feminismo vem contribuindo para visibilizar o invisível, fazendo assim, com que cada vez mais mulheres assumam papéis de protagonistas na cena política e principalmente na imprensa.

Nas matérias coletadas para esta pesquisa, observou-se a presença de nuances mais profundas no que tange à questão da violência cometida contra mulheres. Notou-se, por exemplo, que a violência não se resume ao momento do homicídio, mas faz parte de um contexto composto por inúmeros casos de espancamentos, agressões físicas, morais e psicológicas, que normalmente não são consideradas ao se noticiar um feminicídio. Acredita-se, então, ser necessário que a morte de uma mulher seja percebida como um acontecimento inscrito no interior de uma série histórica de assassinatos, formando assim uma “memória de vidas perdidas”, que pode contribuir para uma tomada de posição crítica.

O tema proposto foi escolhido justamente devido ao decorrente olhar preconceituoso aplicado por jornalistas com relação a crimes sofridos contra mulheres. Notou-se a ausência de ética jornalística na cobertura desses crimes, ao observar que os repórteres se utilizavam em maioria de uma escrita fria, sem fundamentação de pesquisa, valendo-se de boatos e de uma visão própria; que resumiu assim, a vida de seres humanos à um único momento: a sua morte.

O trabalho busca contribuir para a formação de jornalistas dotados de um pensamento mais crítico e de atitudes mais conscientes, que, ao chegarem às redações, olhem os casos de violência contra a mulher por uma outra perspectiva. De uma maneira geral, as faculdades de comunicação não possuem disciplinas obrigatórias de jornalismo de segurança pública, fazendo com que muitos alunos encontrem dificuldades para atuar de forma correta nesse tipo de cobertura.

É importante ressaltar ainda que, ao longo deste trabalho, foram encontrados diversos desafios. Bem como a escassa oferta bibliográfica referente ao tema obituário e a respeito da história do periódico *Gazeta do Povo*, devido à pouca existência de autores discorrendo sobre ela. A coleta de casos se configurou em um trabalho extenso de pesquisa e de dedicação de

---

<sup>14</sup> Jornal nascido na década de 80, criado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil, com o objetivo de ser um boletim de notícias sobre o tema.

tempo, pois foi restrita ao horário de funcionamento da Biblioteca Pública do Paraná. Ainda quanto às dificuldades enfrentadas, pode-se citar o trabalho de prospecção histórica, assemelhando-o ao de um paciente arqueólogo, que persegue rastros e suposições que muitas vezes não levam a lugar nenhum.

Por fim, considerando o conjunto de conhecimento apreendidos no decorrer deste trabalho e percebendo possibilidades para o desdobramento e aprofundamento da pesquisa, é reconhecido seu potencial para ser continuado. Sendo assim, são levantados alguns pontos de melhoramento e utilização de outros recursos, como por exemplo, a apresentação de contrastes por meio de comparações de casos históricos com casos da atualidade. Outra alternativa seria expandir a pesquisa para outros recortes temporais e para outros periódicos ou canais de comunicação, tendo em vista que o tema “mulher na sociedade” se mantém atual e vem ganhando cada vez mais relevância.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcia Franz do. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANDRADE, C. J. M., FONSECA, R. M. G. S. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n.3, p. 591-595, set. 2008.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

AUCLAIR, Georges. **Le mana quotidien**: structures et fonctions de la chronique des *fait divers*. Paris: Anthropos, 1970.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARSTED, L.L. O avanço legislativo contra a violência de gênero: a lei Maria da Penha.

**Revista EMERJ**, 15 (57) ed. especial, p. 90-110, 2012. Disponível em:

<[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/54585/avanco\\_legislativo\\_violencia\\_barsted.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/54585/avanco_legislativo_violencia_barsted.pdf)>

Acesso em: 20 out. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dez. 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf>> .

Acesso em: 17 Out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Saint-Amand-Montrond. Éditions du Seuil, 1998, p.15.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Acesso em: 27 Out. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei n.º 1.973/96**. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em nove de junho de 1994, DF. Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>

Acesso em: 17 Out. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei n.º 10.886/04**, de 2004. Violência Doméstica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.886.htm)>  
Acesso em: 20 Out. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei n.º 11.340/06**, de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11.340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11.340.htm)>.  
Acesso em: 20 Out. 2018.

BITTNER, Dulcília Schoeder. **Mulher de Papel**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BITTNER, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARVALHO, Kênia. **Vida e morte intimamente conectadas**: uma investigação da rotina produtiva da seção obituário da Gazeta do Povo. 2016. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro universitário autônomo do Brasil (UNIBRASIL), Curitiba, 2016.

Carvalho, João Soares, **A Metodologia nas Humanidades**. 1994. 20f. Dissertação de Mestrado – Universidade Portuguesa, Lisboa, 1994.

CASADEI, E. B. A inserção das mulheres no jornalismo e na imprensa alternativa: primeiras experiências no final do século XX. In: **Revista Altegor**. V. 1. N. 3. São Paulo, 2011.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário**. Brasília: Casa das Musas, 2010.

COSSON, Rildo. Romance-reportagem: o império contaminado. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. São Paulo: Ed. Escrituras, 2005, p. 57-70

COVERT, C. Journalism History and Women's Experience: a problem in a conceptual change. In: **Journalism History**. V. 8. N. 1. 1981.

DEBERT, Guita Grin and GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2008, vol.23, n.66, pp.165-185.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51- 58, 1993.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, set. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200002&lng=pt&nrm=iso)>.

Acesso em 08 Jun. 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (6), p. 41-69, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200003&script=sci_arttext)> . Acesso em: 08 Jun. 2019.

FRANÇA, J. L. **Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. 2013.

FUCCIA, Velozo Eduardo. **Reportagem policial: um jornalismo peculiar**. São Paulo: Acadêmicos do Realejo, 2008.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.) **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GORER, G. **The pornography of death**. London: Cresset, 1955.

GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal”. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org). **Masculino, feminino, plural: o gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

HALL, Stuart, CRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony, CLARKE, John e BRIAN, Roberts. “A produção social das notícias. O mugging nos media”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo. Questões, teoria e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993: 224-248. (Comunicação e Linguagens)

HOBBSBAWM, Eric. A nova mulher. In: **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HUMM, Maggie. **The dictionary of feminist theory**. Columbus: Ohio State University Press, 1990.

ISSLER, Bernardo. As pompas fúnebres: os discursos da passagem. **Líbero**. São Paulo, v. 6, n. 12, p. 70-79, 2003.

KOERNER, Andrei. Posições doutrinárias sobre direito de família no pós-1988. Uma análise política. In: FUKUI, Lia (Org.). **Segredos de Família**. São Paulo, Annablume, 2002.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira, 1993 – **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** 4ª edição, São Paulo: Manole, 2009.

LIRA, Rafael de Souza. **Mídia sensacionalista: o segredo de justiça como regra.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MAIA, Luiz Paulo. Ensino e pesquisa do livro-reportagem na Universidade Federal do Paraná. In: V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2008, Portugal. **Actas do V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.** Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2008. p. 441-449.

MAROCCO, Beatriz (Org.); BERGER, Christa (Org.); HENN, Ronaldo (Org.). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte.** Florianópolis: Insular, 2012.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres de vagabundos no discurso jornalístico.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MELO, José Marques. **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal "Folha de São Paulo e da Revista "Veja".** São Paulo: Universidade Metodista. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b43f21945b991b4e99923bee1b2e5d7c.PDF>. Acesso em: 8 Jun. 2019.

MICHAUD, Yves (1989). **A violência.** São Paulo, Editora Ática: 1989

MOTA, Célia; VELASCO, Juliana; MAIOLINI, Sérgio. **Prisioneiros do Silêncio: Livro reportagem sobre a comunicação relegada.** Curitiba, 2011. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0246-1.pdf>. Acesso em 08 Jun. 2019.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003.

NASCIMENTO, Gizelda Ferreira; SILVA, Fabiane de Araújo e. **A influência do feminismo no meio político e os reflexos dessas conquistas na vida social das mulheres.** João Pessoa – Paraíba, p.6, out. 2011. Disponível em <http://itaporanga.net/genero/3/09/02.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

NICHOLSON, Jim. **The Making of an Obituary Writer - And a Man.** 2006. Disponível em <https://niemanreports.org/articles/the-making-of-an-obituary-writer-and-a-man/>. Acesso em 20 mar. 2019

NUSSBAUM M. **Las mujeres y el desarrollo humano.** Barcelona: Herder, 2002.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano.** v.17 n.1 São Paulo abr. 2007

OLIVEIRA, D.C., SOUSA, L. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia - UERJ**, 6 (2), p. 34-50, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n2/v6n2a04.pdf>> . Acesso em: 08 Jun. 2019.

OLIVEIRA, E.R. Violência doméstica e familiar contra a mulher, um cenário de subjugação do gênero feminino. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/ Marília**, ed. 9, p.150-165, 2012.  
Acesso em: 21 Out. 2018

OLIVEIRA FILHA, Elza. Aparecida de. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: Gazeta do Povo e O Estado do Paraná. **Cadernos da Escola de Comunicação** (Unibrasil), v. 02, p. 86-101, 2004.

PAIXÃO, Patrícia (Org.). **Jornalismo policial: histórias de quem faz**. Jundiaí: Editora In House, 2010

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005

PENA, Felipe. **O jornalismo literário como gênero e conceito**. Anais do Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/77311256385591019479200175658222289602.pdf>>  
Acesso em: 8 Jun. 2019.

PEREIRA, Ariane Carla . Os discursos no discurso do livro-reportagem. **Caligrama** (ECA/USP), São Paulo, v. 2, p. 1-17, 2006. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/caligrama/n\\_6/05\\_Ariane\\_Carla\\_Pereira.pdf](http://www.eca.usp.br/caligrama/n_6/05_Ariane_Carla_Pereira.pdf)> .  
Acesso em: 8 Jun. 2019.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PETERS, Bettina. “**La barrera invisible**”. Revista Perspectivas. Santiago de Chile: Isis Internacional, n. 4, 1996. p. 03-07.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Social. Política Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> .  
Acesso em: 8 Jun. 2019.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POE, Edgar Allan. Twice-Told Tales. A Review. In: **Edgar Allan Poe: Essays and Reviews**. Washington The Library of America, 1984

PORTO, M. S. G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Revista sociologias**, Porto Alegre – RS, v. 8, jul./dez. 2002. p. 152- 171. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>>. Acesso em: 8 Jun. 2019.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos Anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, José Hamilton. **De quando a literatura abraça o jornalismo**. Revista Paralelos, Rio de Janeiro, 15 fev. 2004, entrevista concedida a Eduardo Martins Vasconcellos. Disponível em: <<http://www.paralelos.org/out03/000146.html>>. Acesso em: 8 Jun. 2019.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. **Sociedade & Estado**, 19 (1), p. 1-22, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922004000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100005)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ROCHA, Paula Melani. “A Profissionalização no Jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no Estado de São Paulo”. **Revista Jurídica Eletrônica UNICOC**, número 02, outubro de 2005.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, p. 115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG 2007.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. **XXI Congresso Internacional da LASA** (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, p. 12, set. 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 8 Jun. 2019.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEQUINEL, Marina Aparecida. **O retrato da violência realizado por repórteres mulheres no jornalismo policial paranaense**. Trabalho de Conclusão de Curso Comunicação Social Jornalismo. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

SILVA, André Kainan dos Santos. **Obituário contemporâneo**: vulgarização ou celebração da vida? Monografia. Trabalho de Conclusão do Curso Comunicação Social Jornalismo. UniCeub. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2056/2/20561944.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2018.



SILVA, Maria Amélia de Souza et al. Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In: **O fim do silêncio na violência familiar**. - teoria e prática. São Paulo: Editora Agora, 2010.

SILVEIRINHA, M. J. As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da História do Jornalismo. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. V. 21. 2012.

SODRÉ, Muniz. **A Comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

SOUSA, Cecília de Melo e; ADESSE, Leila (orgs). **Violência Sexual no Brasil**: perspectivas e desafios. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2005.

ALMEIDA, Simão Farias. **Livro-reportagem**: um gênero de polêmica. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

SOUZA, Percival de. In: FUCCIA, Vellozo Eduardo. **Reportagem policial**: um jornalismo peculiar. São Paulo: Acadêmicos do Realejo, 2008.

SUBTILL, Filipa. **As mulheres jornalistas**. São Paulo: Celta Editora, 1996.

SULLEROT, Evelyne. **La presse féminine**. Paris: A. Colin, 1969

SUZUKI JUNIOR, Matinas. **O livro das vidas: Obituários do New York Times**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VERMIGLIO, Vinícius Mendonça. **João Antônio e a forma do conto-reportagem**: um estudo das fronteiras entre literatura e jornalismo em Malhação do Judas Carioca (1975). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/11449/126677>> . Acesso em: 30 Mai. 2019.

VILAS BOAS, Sergio. (org). **Jornalistas Literários**: Narrativas da vida real por novos autores brasileiros. São Paulo: Summus, 2007

VINHOTE, Ana Luiza; SCONETTO, Raphaella; AGNEZ, Luciane. **A presença feminina na mídia independente: Análise de representatividade na Agência Pública e Mídia NINJA**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 14, 2017, Cuiabá. Anais. Cuiabá: Intercom, 2017. p. 1 - 13. Disponível em:

<<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/resumos/R56-0007-1.pdf>> . Acesso em: 08 Jun. 2019

VOGEL, Daisi. **A sobrevida do *fait divers***. Contracampo, Rio de Janeiro, v. 18, p.135- 138, 2005.

WALKER, Rebecca. **Becoming the Third Wave**. 1992.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. X, n. 2, may. – ago. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/191>>. Acessado em: 08 Jun. 2019.

ZANFRA, Marco Antônio. **O repórter de polícia**. São Paulo: Abril. 2007.







## ANEXO C - MATÉRIA INSPIRAÇÃO PARA O CONTO 3

# Recebeu recusa amorosa e matou a mulher com oito facadas: Prêso

Acusado de haver assassinado a Aécida Felismara B. Rodrigues, com 19 anos, filha de José e Maria Batista, residente na Vila Fany, foi autuado pelo delegado Arlindo Góes e escrivão Eros de Moraes Comandante, da Delegacia de Homicídios, nas últimas horas da madrugada de ontem, o ex-soldado da Polícia Militar do Estado Raimundo da Costa, conhecido pela al-

canha de "Piau". A cena de sangue ocorreu na madrugada de ontem, na avenida Visconde de Guarapuava, proximidades da rua João Negrão. O criminoso, segundo declarou, estava embriagado e matou Felismara, em virtude da recusa desta, em permitir, em companhia do ex-soldado,

## BEBERAM JUNTOS

Raimundo da Costa, o criminoso, na noite de terça-feira, bebeu em vários bares da cidade e pela madrugada, num bar localizado na Avenida Visconde de Guarapuava, encontrou-se com Felismara Batista Rodrigues, passando a beber em sua companhia. "Piau" estava com 20 mil cruzeiros no bolso e pretendia passar o resto da noite em companhia da vítima, a qual recusou as propostas de seu acompanhante.

Raimundo da Costa continuou a fazer a proposta a Felismara, recebendo sempre respostas negativas. Felismara resolveu deixar seu acompanhante só, retirando-se do bar com bebês. Raimundo ficou irritado com a atitude de Felismara e saiu em sua perseguição, com uma faca punhal na mão. Quando alcançou a vítima, na Avenida Visconde de Guarapuava, proximidades da rua João Negrão, passou a lhe desferir várias golpes, num total de oito pontadas. Felismara teve poucos minutos de vida, morrendo naquela via pública.

## PRESO

Após a prática do crime Raimundo da Costa procurou fugir, sendo perseguido pelos soldados números 1422 e 1753 da Polícia Militar do Estado, componentes de uma dupla "Cosme e Damião" que estavam de serviço naquelas imediações sendo preso e encaminhado a Delegacia de Homicídios, onde foi autuado em flagrante, sendo em seguida recolhido ao Presídio Provisório do Anil, a disposição da Justiça. O cadáver de Felismara Batista Rodrigues foi removido ao necrotério do Instituto Médico Legal, para necropsia.

## JA MATOU UM

Raimundo da Costa, o criminoso, é elemento de plácidos antecedentes, tendo sido expulso da Polícia Militar do Estado onde servia como soldado. "Piau" como é conhecido, nos aproximadamente, quando se encontrava destacando na cidade de Nova Esperança, por causa de uma mulher, matou um companheiro de farda.



Raimundo da Costa, acusado de homicídio quando estava sendo autuado na especialidade.

## SENAC VAI PROMOVER CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO

O Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial vai realizar próximo curso de Relações Humanas no Trabalho destinado a comerciantes que exercem funções de chefe e comando sejam: gerentes, chefes de escritório, chefes de pessoal, chefes de contabilidade e chefes de venda a ser iniciado no próximo dia 11 do corrente. Este curso estará a cargo do Prof. Elton Mazon de Carvalho, ex-orientador profissional, ex-diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade do Ceará, fundador e diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professor da Faculdade de Sociologia Política e Administração da Universidade Católica do Paraná da Cátedra de Psicologia Social. As aulas serão ministradas durante duas semanas, de 3.ª a 6.ª feira no horário das 19h30m às 20h30m, durante o período de 11 a 22 do corrente, com Seminários nos dois sábados. As matrículas deverão ser feitas com a possível

antecedência de vez que há somente 100 vagas, na sede do SENAC à Rua José Loureiro, 578 — 4.º andar, no expediente da tarde.

## TEMÁRIO

1.ª Na íntegra, o temário deste curso: 1.º — A problemática do relacionamento humano e a maior eficiência e produtividade no trabalho. Análise psicológica nos princípios do relacionamento. 2.º — Tipos de personalidade que mais facilmente se ajustam ou se ajustam ao meio profissional — Análise temperamental e caracteriológica da pessoa humana. 3.º Fatores inconscientes que dificultam o ajustamento familiar, social e profissional. Interpretação psicoanalítica do inconsciente. 4.º A competição neurótica como fator de impedimento ao êxito do ajustamento familiar, social e profissional. Estudo das frustrações, complexos e neuróticos. 5.º Adaptação do homem ao trabalho — Ajustação do trabalho ao homem. Análise da seleção e orientação profissional. 6.º O fator social do êxito profissional. Psicologia do êxito. 7.º Como dirigir os homens que trabalham sob minha direção. Psicologia da liderança. Finalmente, no trabalho de grupo haverá discussão sobre tema estudado e com clausulas sobre o temário analisado.

## PAGAMENTOS NO TESOUREIRO DO ESTADO

## ANEXO D – MATÉRIA INSPIRAÇÃO PARA O CONTO 4

## MENOR VIU CRIMINOSO ASSASSINAR SUA MÃE: HOMICÍDIO PASSIONAL NA VISTA ALEGRE, BAIRRO DAS MERCÊS

Momentos após o assassinato da sua amásia Julia Agostinho de Paula (viúva com 39 anos doméstica), com dois tiros de pistola, foi preso na manhã de ontem, no ponto final da linha de ônibus Vista Alegre, o vendededor ambulante João Maria de Almeida Garret (desquitado, com 47 anos de idade, natural de Chanchere Estado da Santa Catarina), residente à rua Aurora, s/n., na Vista Alegre, bairro das Mercês, onde ocorreu a cena de sangue, que foi presenciada por um menor de 11 anos de idade, filho da vítima. O acusado foi conduzido a Central de Polícia onde foi autuado pelo delegado João Alcides Cavalli e escrivão Otávio Cim, sendo posteriormente recolhido ao xadrez, onde permanecerá à disposição da Justiça até ser julgado. O crime ocorreu às 10.30 horas de ontem.

### AMASIADOS HÁ 8 ANOS

Segundo consta nos autos João Maria de Almeida Garret, que é desquitado de Julia de Oliveira Almeida Garret, funcionário da Secretaria de Saúde, vivia amarelado com Julia Agostinho de Paula há oito anos, vivendo o casal na rua Aurora, na Vista Alegre, bairro das Mercês. Por questões de ciúmes, vivia o casal brigando constantemente. Na madrugada de ontem, segundo declarações de testemunhas, novamente o casal brigou, tendo João Maria tentado estrangular sua amásia. Residia em companhia de Julia de Oliveira, seu filho Julio de Paula, com 11 anos de idade, que constantemente presenciava a discussão do casal.

### DOIS TIROS

Conta o criminoso que durante toda a madrugada de ontem, foi ofendido por sua amásia, a qual, dormiu com uma pistola de dois canos, sob o travesseiro. Na manhã de ontem, após levantar-se, novamente foi ofendido pela amásia, ocasião em que acoou a pistola e detonou dois tiros contra Julia Agostinho, prostando-a por terra. Os projéteis atingiram o peito da vítima, tendo

um deles, atingido o coração. Praticada a cena de sangue João Maria de Almeida Garret procurou fugir do local.

### PRESO POR SARGENTO

O menor Julio de Paula, filho da vítima, saiu em perseguição do criminoso de sua mãe ocasião em que deparou com o sargento Ari Venâncio de Oliveira, da Polícia Militar do Estado e chorando, disse ao militar: "um bandido matou minha mãe". Momentos após, notou a presença de João Maria, tendo o sargento dado voz de prisão ao mesmo. Inicialmente disse que os disparos foram acidentais, pois não pretendia matar a sua amásia, de quem gostava muito. Mais tarde, confessou o crime. Disse também inicialmente que foi sua amásia quem carregou a arma, pretendendo mata-lo, pois Julia Agostinho havia dormido com a



João Maria de Almeida Garret, acusado de haver assassinado a amásia, quando estava sendo autuado na Central de Polícia.

arma debaixo do travesseiro. O criminoso desferiu os tiros em sua amásia na porta de sua residência, utilizando-se de uma pistola marca Rossi, calibre 22, dois canos, arma que foi apreendida, bem como, um punhal com lâmina de cinco polegadas. Residia o casal na Vista Alegre há 15 dias.

## RELATÓRIO DE DELEGADO TENTA APONTAR LEOPOLDO HEITOR COMO ASSASSINO

## ANEXO E – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA

## Mulher que foi esfaqueada p elo amante morreu no Hospital Cajurú

Não resistindo a gravidade dos ferimentos recebidos, faleceu na madrugada de ontem no Hospital Cajurú, onde se encontrava internada desde o dia 19 do corrente passado, a doméstica Esmeralda Nolfico, residente a rua Francisco Alves Guimarães, 204 que foi ferida a golpes de faca por seu amasso Manoel Carneiro, ferroviário, com 34 anos de idade, que se encontra desaparecido, o qual, segundo consta, deverá ser apresentado por seu advogado no 3.º Distrito Policial por onde foi instaurado inquérito.

### ESFAQUEADA

Esmeralda Nolfico vivia amassada, há 15 anos, com Manoel Carneiro, tendo sido ferida n

golpes de faca pelo mesmo, na madrugada de 19 do corrente passado. Manoel fugiu. Segundo informações colhidas junto a um advogado Manoel Carneiro, que segundo consta, possui uma outra amante de nome Iolanda Santos Carvalho, residente a rua Desembargador Westphalen, com a qual possui um filho de um ano de idade, naquela noite, ao chegar em na casa de Esmeralda, após ter saído da residência de Iolanda encontrou um desconhecido no quarto de sua amante, atacando-se ambos em luta corporal. Esmeralda, segundo o advogado, procurou evitar a briga e acabou sendo ferida a golpes de faca.



## ANEXO F – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA

## ASSASSINOU A SÓCOS A AMANTE

**RIO. 1 (Transpress) —** O carregador do Mercado de Madureira, Jorge Bruno, assassinou na madrugada de ontem, a sócos e pontapés, sua amásia Maria Ramos Gomes que era parálitica, fato ocorrido no interior de um barraco s.n. na Rua Piraguê, em Turiaçu. O crime foi comunicado a polícia do 250. Distrito.

O espasmo de que foi vítima a pobre mulher, teve como testemunha Maria de Lourdes Ferreira dos Santos, que avisou do fato ao seu amásio Nelson Soares o qual indo ao barraco da vítima a encontrou morta, tendo comunicado a ocorrência a polícia.

### MALANDRO

O acusado é conhecido da polícia, pois já fora acusado de participação do "conto do suadouro", aplicado por sua amásia quando ainda gozava saúde.

Ultimamente, todos os dias Jorge aplicava violentas surras na mulher porque ela não podia "trabalhar". Esses fatos eram assistido pelos vizinhos, que muitas vezes tiveram de intervir para que as surras não se prolongassem por muito tempo.

### BANHO

Segundo ainda o depoimento de Maria de Lourdes Ferreira dos Santos, na noite de ontem Maria Ramos mandara chamá-la a fim de que ela a ajudasse a tomar banho, pois a cada movimento sentia dores atrozes. Justamente no momento em que Maria de Lourdes estava banhando sua vizinha, chegava em casa Jorge Bruno, que ficou furioso com isso.

Sem dizer nada logo após sua amásia ter saído do banho, Jorge passou a dar-lhe violentos socos e pontapés, proferindo um rosário de palavrões obscenas. Nesse meio tempo, a vizinha, que ainda não se havia retirado, interveio na briga, e Jorge deu-lhe um empurrão, ocasião em que ela resolveu abandonar a casa.

### MORREU

Durante a surra que Jorge aplicava na mulher, esta batera com a cabeça num móvel e sofreu serio ferimento. Jorge fugiu e não foi trabalhar.

Os gemidos de Maria Ramos chamaram a atenção de sua vizinha Maria de Lourdes. Esta voltou ao barraco, mas somente teve tempo de colocar a pobre mulher na cama. Ela morreu logo após.

### POLICIA

De volta à sua casa, Maria de Lourdes relatou o fato ao seu amásio Nelson Soares, que imediatamente comunicou ao comissário de serviço no 250. Distrito DP, o qual, após comparecer ao local, solicitou a polícia e fez remover o corpo para o Instituto Médico Legal.

Em seguida, as autoridades policiais deram início às diligências a fim de localizar o criminoso.



## LAMBRETISTA ATROPELADO

Quando dirigia a lambreta de placa 10-11, Alfredo Cresto, residente à rua Inaculada Conceição, 39, conduzindo na garupa Antônio Cortes (39 anos, casado, residente à rua Antonio Cini, 1396), foi atropelado pelo carro de placa 43-32, cujo motorista reagindo a prisão, recusou-se a prestar socorro às vítimas, tendo, logo após, se evadido do local. Os acidentados foram conduzidos ao SAMDU onde receberam curativos. Inquérito pela 13.ª Distrito.



## PAGAMENTO NO TESCOURO DO ESTADO

Ordem de Pagamento para o dia 2-3-61 e relativa às Folihas Suplementares referente ao mês de Dezembro de 1960:

Emady Camargo Ivarqui — Wilson Coelho Pinto — Maria Aparecida Picheth — Marcílio Padilha — Maria Janoski — João Iede — Yolanda Vechioni — Ivete Konopka — Sonia Mendonça — Nelson da Silva

## ANEXO G – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA

no de Andrade, guardião do | gasolina.

## MATOU A AMÁSIA A FACADAS E FERIU VIZINHA DA VÍTIMA: AUTUADO NA DH

Acusado de haver assassinado a golpes de faca sua amásia, tendo ainda ferido uma outra mulher, foi autuado na Delegacia de Homicídios o operário Procópio Alves de Almeida Filho, solteiro, com 23 anos, natural de Contenda, residente à rua 15, casa sem número na Vila Formosa, no Portão, o qual foi recolhido ao xadrez, ficando à disposição da Justiça. O crime ocorreu às 18 horas de quinta-feira última.

### AMASIADOS

Procópio Alves de Almeida, vivia amasiado com Nancy Soares, casada e separada, com 18 anos de idade, doméstica, residente à rua Mal. Rondon, no Capão Razo, visitando-a, diariamente, em sua residência. Domingo último, esteve na casa de Nancy e, juntamente com seu amigo Antonio de Tal passaram a beber cachaça, inclusive Nancy. Todos estavam embriagados, quando passaram a discutir.

### CRIME

Em dado momento, segundo disse Procópio, passou a ser ofendido por sua amásia, tendo tirado de uma faca que trazia na cintura e passado a desferir golpes em Nancy, que caiu, sem vida, no quintal da casa, perto da porta dos fundos. Elidia Claudina dos Santos, ao procurar socorrer Nancy, foi também ferida a golpes de faca por Procópio. Para evitar a confusão, o autor do crime fugiu.

### POLÍCIA NO LOCAL

As autoridades de serviço na Central de Polícia tiveram conhecimento do fato e rumaram para o local, juntamente com elementos da Polícia Técnica e da Delegacia de Homicídios. O cadáver de Nancy Soares foi removido ao Instituto Médico Legal, para necropsia, sendo a vítima Elidia Claudina dos Santos, removida ao Pronto Socorro Municipal

onde foi medicada, ficando internada no Hospital Cajuru, dada a gravidade dos ferimentos recebidos.

### PRESO O PRIMINOSO

Policiais da DH iniciaram diligências e às 21,45 horas, Procópio Alves de Almeida Filho foi preso, quando se encontrava em sua residência, para onde fugiu, após o crime, pilotando uma bicicleta. Conduzido a DH foi autuado pelo delegado Arlindo Godoy e escrivão Eros Moraes Condensa, tendo confessado a autoria do homicídio dizendo que procedeu de tal maneira, por ter sido ofendido. Após praticar o delito, fugiu na bicicleta de sua propriedade, e durante o trajeto até sua residência, sofreu um acidente, pois chocou-se com outra bicicleta, recebendo ferimentos na face, lado direito.

### PESSIMOS

### ANTECEDENTES

Procópio Alves de Almeida disse mais que, quebrou a faca usada no crime, ficando apenas com o cabo. Testemunhas arroladas no auto de prisão em flagrante, afirmaram que Procópio Alves era de péssimos antecedentes e sempre embriagava Nancy Soares diariamente, estava embriagado. Há três meses, feriu a golpes de faca, por motivos de somenos importância Nivaldo Soares, irmão de Nancy.

## ANEXO H – MATÉRIA PARA AMOSTRAGEM DA COLETA

# Assassinou a mulher com golpe de tesoura

Armado com uma tesoura, o máloqueiro José Milton Fernandes, com 25 anos de idade, sem residência e sem profissão, assassinou a mulher Maria Helena, de qualificação desconhecida, desferindo-lhe certo golpe no coração, tendo ainda ferido Viktor Braczuk, com 55 anos, casado e separado, que afirma ser carpinteiro e que atualmente entregou-se ao vício da embriaguez, passando a viver em companhia de desocupados. O crime ocorreu na manhã de domingo de carnaval, sendo a mulher encontrada morta na rua Rockefeller, defronte ao prédio 301, proximidades da Avenida Iguaçu. As autoridades policiais foram comunicadas do crime e após rápidas diligências, conseguiram prender o autor dos delitos, que foi autuado, sendo encaminhado a Prisão Provisória de Curitiba no Ahu à disposição da Justiça. O cadáver de Maria Helena foi removido ao necrotério do Instituto Médico Legal para necropsia. O ferido Viktor foi encaminhado ao Pronto Socorro Municipal a fim de ser medicado.



## **APÊNDICE A – ENTREVISTA COM HERNANI VIEIRA**

**Tempo de gravação: 51 h e 27 seg**

**Realizada em 10 de abril de 2019, às 11 horas.**

Obs: Entrevista realizada foi editada apenas gramaticalmente. O fluxo da conversa permanece na íntegra.

### **Você pode falar um pouco sobre sua vivência dentro do jornalismo policial?**

Iniciei no jornalismo em 1976, quando ainda vivíamos em um período de repressão militar. No próprio jornal que eu iniciei, na Gazeta do Povo, a gente tinha uma vigilância velada quanto ao conteúdo jornalístico, mas muito disso no contexto político.

Na questão das vítimas, o machismo era predominante nos anos 60 e 70, eu digo nos anos 60 porque embora eu fosse adolescente e a gente convivia com esse acompanhamento noticioso da época, e depois na década de 70 com mais profundidade, porque eu fazia parte deste contexto de informação.

A mulher era muito submissa e havia muita comoção, tanto que o argumento jurídico presente na época, a esfera da violenta emoção, do que se tinha essa violência perpetrada no feminicídio, era muito comum a absolvição obtida no argumento da violência emoção. O que significava isso? Que o marido justificava que a mulher não lhe dava o devido prazer, o traía com outra pessoa, alguma coisa assim. Esses argumentos, mesmo que fossem frágeis, permitiam que fizesse com que ele encontrasse respaldo na sociedade para o seu ato, ou até mesmo no corpo de jurados quando ele era levado a julgamento, o entendimento que a mulher não estava cumprindo seus deveres domésticos de mulher.

De algum modo a própria sociedade conspirava contra a mulher e essa era uma situação muito comum, tanto que a própria história de Curitiba, o folclore como a da Maria Bueno. Isso ao longo dos anos no jornalismo era muito marcada, eram notícias com um tratamento que não tinha a devida responsabilidade na maneira como era feita. A própria cobertura jornalística tinha uma contaminação de pensamento. As mulheres eram vítimas da violência, muitas vezes pagando com a própria vida e mesmo assim a sociedade era muito benevolente com essas pessoas. Isso claro, foi se amadurecendo na sociedade e hoje a gente enxerga, que ainda que a masculinização esteja enraizada, a sociedade já tem uma outra

interpretação, e as mulheres já conquistaram um espaço em que fazem com que haja um tratamento mais igualitário diferentemente de como foi no passado.

Eu lembro de muitas coberturas. Como eu trabalhava em um jornal de muita credibilidade, e como eu tive uma formação paralela na área do direito também, tivemos sempre uma preocupação muito atenta com relação a ouvir de fato a voz feminina nessas coberturas. Porque muitas vezes os jornalistas da época, inclusive os radialistas, eram induzidos a ter um comportamento de solidariedade para com os agressores, noticiando aquilo como algo comum.

Quando você lidava com um jornal escrito você tinha que tratar aquilo de forma diferente, pois aquela notícia iria ficar consagrada no papel, então as pessoas tinham que ter um entendimento contextualizado e mais bem apurado, saber como era a vida familiar. O grande problema da época, que foi muito debatido, era a questão da violência sexual perpetrada que muitas vezes resultava em morte, isso chamava muito a atenção da sociedade. Nesse sentido, havia uma espécie de repulsa dos meios de comunicação ao tratar uma violência contra crianças e mulheres.

Tivemos casos de muita repercussão envolvendo crianças, teve um caso que acompanhei muito de perto, o caso das irmãs Nakadaira, no final dos anos 70, início dos 80, em que duas menininhas irmãzinhas foram estupradas e mortas. Era um tipo de crime que a sociedade repreendia muito fortemente porque os meios de comunicação utilizaram isso como uma pressão muito grande nos organismos de segurança, então exigia uma resposta rápida.

Às vezes essa ânsia de dar uma resposta rápida - ainda hoje nossa parte científica de investigação é muito precária, por essa limitação, muitos casos ficaram sem solução - resultava em uma discussão, se as pessoas eram culpadas ou não. Nesse sentido a imprensa tinha um grande papel em se deixar ser seduzida ou não pela versão que lhe era apresentada. Muitos dos casos passaram em branco, porque foi oferecida à sociedade uma resposta e não se houve um jornalismo mais atento pra se cobrar se aquilo era de fato uma resposta coerente, ou uma resposta legítima àquele fato, então muitos ficaram impunes e tantos outros foram acusados indevidamente por crimes que não cometeram, ou não com o mesmo envolvimento do qual foram acusados.

E isso predomina até hoje, casos recentes da área policial que ficaram sem uma resposta, o caso da menina que foi encontrada na mala.

No caso dessas duas menininhas que eu comentei, na época eles se contentaram a uma primeira versão, a atribuir o crime a um rapaz que já tinha cometido um crime anterior, matado, sequestrado um engenheiro agrônomo e cometido uma violência parecida contra

outra menina que foi achada viva, mas imagino que com uma dor pelo resto da vida de carregar essa violência, e eles usaram tentando imputar a ele essa responsabilidade da morte das meninas. Aliás, esse rapaz, morreu há duas, três semanas no centro de Curitiba, foi assassinado como andarilho. Eu acompanho toda a parte de obituário e observei que o nome dele estava na lista.

A imprensa não observou porque nós não temos mais memória, porque todo dia tem fatos novos, de gravidade às vezes tamanha que as pessoas nem se dão mais ao luxo – ou ao tempo – de lembrar do passado.

Nossa sociedade não recebeu a resposta que tem que ter, sobretudo no aspecto de você desestimular a violência, porque o papel do esclarecimento da comunicação, quando nós participamos, o que que a gente tem que fazer? a gente tem que contribuir para que seja levado a sociedade uma resposta verdadeira e ela faça com que haja uma conscientização, principalmente no aspecto preventivo e também na conscientização do mal que aquilo representa para a sociedade, desse empobrecimento social e psicológico que as pessoas permitirem que essa violência prospere, como tem sido ultimamente, que a gente tem visto casos no Brasil inteiro com uma frequência muito preocupante, tanto a violência sexual sem nenhum temor de repressão, a vulgaridade da vida, de repente vulgarizou e as pessoas cometem esses crimes como se fossem nada.

Não sei, teríamos que fazer aqui uma reanálise se de fato nós mudamos alguma coisa nesse meio século, dos anos 60 para cá, como que a gente se comportou? Nós melhoramos ou pioramos? Nós como seres humanos e como sociedade.

Muito mais do que o próprio entendimento que há uma violência contra a mulher, a questão de gênero, está em questão o próprio respeito com o ser humano. Porque de repente o gênero já mudou, porque agora temos novos conceitos na sociedade, já não é mais homem e mulher. O jornalismo teria que fazer uma pausa reflexiva para ver o que que nós crescemos de fato e o que nós não crescemos.

Do que eu via antes e vejo agora, do ponto de vista jornalístico, a minha concepção é que ficou tão frequente esse tipo de violência que a imprensa já trata assim como se fosse uma notícia comum, era diferente de uma época em que a quantidade e a frequência não era com a mesma intensidade, até por questão de índices populacionais, outro contexto econômico-social. Hoje com os inchaços, os bolsões de miséria nos entornos das cidades, a influência da dependência química, fez com que as pessoas deixem de serem responsáveis consigo e com os outros, e passaram a ser mais impulsivas, achando que a vida termina muito rapidamente, não tem nenhum compromisso com o futuro.

**O movimento feminista estava florescendo ali nos anos 70, quando você começou a trabalhar. Vocês sentiram isso na redação? Isso chegava nas redações?**

Eu acredito que na minha época não tinha essa percepção. De fato isso existia, essa manifestação. Eu vivenciei um período em que as mulheres já estavam começando a ganhar corpo nas redações dos jornais, no próprio jornal onde eu trabalhava, na *Gazeta*, já havia algumas jornalistas. Não havia no mercado esse fenômeno de restrição de gênero, o que havia na verdade era o exercício de uma profissão que acolhia gente que estava mais na linha de frente, porque ainda estávamos saindo de uma ditadura militar e as mulheres ainda estavam começando a ocupar gradativamente este espaço.

Na minha faculdade, por exemplo, nós éramos em 60 alunos, 40 mulheres e 20 homens. Então hoje você já percebe que os ingressantes nas escolas de jornalismo já são mais prevalentes as mulheres, e as poucos elas vão tomando conta deste espaço.

Na medicina, por exemplo, na década de 60 tínhamos 1000 médicos no paraná, apenas 60 eram mulheres. Tínhamos muita restrição, porque as próprias famílias faziam com que as mulheres estudassem coisas mais da área de pedagogia, e restringiam um pouco em outras profissões. O entendimento daquele período  que as mulheres tinham que ficar focadas no ambiente familiar, então veja, olha como mudou, hoje em dia no paraná as mulheres médicas ainda não são maioria, representam cerca de 45%, mas dentro de 4 anos elas já são maioria.

Isso é um movimento natural, eu entendo que esses movimentos feministas tem que ser muito fortes mesmo, mas não no contexto de buscar igualdade de cotas, não vai ser assim que vai ser resolvido o problema, não vai ser com estabelecimento de cota para etnia ou gênero nas universidades, o sistema não pode funcionar assim, porque você vai roubar toda a meritocracia em nome de um sistema de acomodo, então o melhor caminho que se tem é a própria natureza, esse mercado ele vai se expandindo.

Hoje eu vejo que as mulheres se sentem muito mais valorizadas com essa conquista que é individual. Ela é aparentemente de cada indivíduo, de cada mulher, mas ela vai somando todas com o mesmo propósito de um objetivo de realização pessoal e profissional e chega a uma realização coletiva. Nisso se forma um universo, um contingente muito grande de gente com o mesmo objetivo.

Hoje o próprio trabalho doméstico já encontra quase que um equilíbrio. No passado era exclusivamente uma tarefa de mulher, como se fosse um trabalho análogo  escravidão. Hoje é diferente, há muitos homens trabalhando como trabalhadores domésticos e

conquistando o seu espaço, não é nada depreciativo, pelo contrário, é muito bacana. Ou seja, é tudo uma questão de o tempo conduzir.

Se olhar para os jornais da época, nós iríamos ficar chocados com o que tinha lá. Como as pessoas tratavam como se fosse tudo muito comum. Apesar de essa enorme quantidade de casos noticiados, a sociedade não fazia disso uma discussão sobre o problema, diferente do que é hoje.

Nós estamos falando sobre gênero, mas nós tivemos no passado uma questão de homossexuais, em que em um período muito difícil de exposição pública eles tinham que se sujeitar a alguns caprichos para não se expor publicamente. Eles se envolviam sentimentalmente ou sexualmente e elevavam sua vulnerabilidade de segurança pessoal. Por um período muito grande, sobretudo na década de 70 e 80 houve uma sequência muito grande de assassinatos de homossexuais.

A sociedade hoje interpreta de maneira mais respeitosa. Houve um amadurecimento da sociedade e consequentemente dos comunicadores, que passaram a lidar com esses temas com mais responsabilidade

### **Homens e mulheres jornalistas tinham sensibilidade diferentes ao escrever as matérias?**

Eu não percebia essa sensibilidade diferente. Mas é claro, quando uma mulher lida com um assunto, tem todo um veludo, um lustre diferente, por que a própria formação da mulher é diferente, de convívio, de ser mais paciente e ter uma interpretação mais lúcida com relação a relacionamentos. É diferente do homem que já é mais impulsivo, um pouco mais rebelde, tem um comportamento mais agressivo, então era diferente. Claro que a própria forma de abordagem permitia que as reportagens tivessem um toque de carinho, não tinha tanta rigidez como a gente escrevia como homens, se atendo só aos fatos.

A reportagem feita por mulheres, já na hora de entrevistar as pessoas tinha um pouco mais de interação com a família que envolvia, com as consequências que envolvia. O homem tinha uma conduta de repressão que refletia o momento que estávamos vivendo, do regime militar. E no período que veio depois a gente percebia que continuou essa rigidez do masculino na questão da lida com as notícias. E a mulher oferecia sempre um pouco mais de sensibilidade.

### **Era uma questão de política editorial a maneira como as matérias eram escritas ou era o olhar do próprio jornalista?**

Quem trabalhou com reportagem policial especificamente, uma das pioneiras, foi a Mara Cornelsen. Ela foi uma das primeiras e sofreu todo o tipo de discriminação porque convivia em um ambiente totalmente masculino e ficava sujeita a todo tipo de coisa. Ela foi uma desbravadora para as que vieram depois, mas ainda assim poucas jornalistas se aventuraram nesse campo desde então. Vemos esse mesmo movimento hoje no esporte da mesma maneira, muitas estão tentando romper com esse ambiente machista.

Na minha percepção como jornalista, com o passar do tempo eu enxergo que houve um estreitamento de comportamento entre homens e mulheres jornalistas, acho que os homens começaram a perceber que aquela análise menos humana e atenta com o fato em si começou a ter uma outra forma de lidar. O José Carlos é um professor nisso, um dos maiores expoentes em trazer a notícia não só um pouco de literatura mas também um pouco de amor, um pouco de gente, humanismo. Esse é o grande componente que o jornalismo precisa oferecer.

No fundo, em qualquer que seja nossa profissão, nós temos que ser humanos, respeitosos com aquilo. Tanto faz se estamos lidando com a vítima ou o acusado de um crime, nós temos que respeitar a sua individualidade, pois não é nosso papel julgar. Tem todo um mecanismo para isso, instrumentos legais para que a pessoa seja submetida às leis e à justiça. Nós como jornalistas não podemos querer que as pessoas sejam punidas conforme às nossas concepções pessoais. Temos que ter essa isenção de não fazer julgamentos. A aposta nos jovens jornalistas é que eles não se deixem seduzir por esse falso conceito de moralismo, de justiça, que às vezes não leva a nada. Não se pode perder a dose de responsabilidade de informação.

**Você comentou sobre conversar com as famílias da vítima. Mas a polícia era e ainda é em muitos casos a única fonte de autoridade das matérias, certo?**

Hoje em dia estamos em um *Big Brother*. Todo mundo tem uma câmera, um celular, então essa informação corre muito rápida e vem de todos os lados. Então quando envolve algo que não esteve nesse radar das pessoas, a imprensa não tem tempo de ir atrás pesquisar. Então hoje em dia o jornalismo investigativo ficou relegado a uma fonte de credibilidade. Embora aí compete ao profissional, você estabelecer formas de conduta, no jornalismo policial você tem que criar fontes confiáveis de informação.

Hoje você tem a obrigação de ser simultâneo na notícia, dar o furo. No passado nós chegávamos a retardar por um longo período uma informação para assegurar a segurança dos

envolvidos, de sequestros e violências. Qualquer situação hoje traz uma exposição demasiada e essa exposição contribui para vulgarização dos fatos. Essa era uma coisa que a gente era policiado pela *Gazeta*, de não se deixar levar pelas informações dadas pela polícia, porque a gente sabe que às vezes estavam envolvidos outros interesses que não eram apenas dar uma resposta a sociedade.

Durante muitos anos a gente conviveu com alguns advogados criminalistas muito afamados na época, porque era quase como se fosse um troféu você descobrir um erro judicial, que provava inocência de alguém ou deixava de comprovar a culpabilidade.

**O que você pode falar sobre os casos de feminicídio? Já que não existia o termo feminicídio na época.**

Não, não existia. A gente não estabelecia essa divisão de gênero na época. Lembro de N situações em que a mulher era a vítima e depois ficava com sua memória manchada, contaminada, porque tinha seu histórico associado com casos de traição. Mas não tinha dois pesos. O homem podia ter um monte de casos, mas se a mulher tivesse um caso extraconjugal, já era motivo. E esses casos eram levados ao tribunal do júri. “Homem agiu movido por violenta emoção”, e influenciava muito o julgamento. Isso era uma tormenta para as famílias, perder uma ente querida e depois assistirem a devastação da memória, comprometer toda a história da pessoa. A pessoa morria duas vezes. Morria enquanto ser humano vivo e também com sua memória. É muito lastimável que a imprensa embarca junto, e respalda esse tipo de argumento.

## APÊNDICE B - ENTREVISTA COM VANIA MARA WELTE

**Tempo de gravação: 1 h e 35 min e 01 seg**

**Realizada em 24 de abril de 2019, às 15 horas.**

Obs: Entrevista realizada foi editada apenas gramaticalmente. O fluxo da conversa permanece na íntegra.

**Qual é a sua história com o Jornalismo?**

Eu me formei, comecei a estudar jornalismo na década de 70/69, e daí meu professor disse que: “quem aprender diagramação eu vou dar um trabalho no *Jornal Estado do Paraná*”. Então me dediquei o melhor que pude e no segundo mês ele disse: “ Não vou esperar até o final do ano, eu já sei quem que vai trabalhar comigo”. E ele disse assim: “é a Vania Mara Welt”.

Nossa. Daí eu falei “que legal, o que que eu tenho que fazer?”. E daí ele disse assim: ‘no final da aula vem falar comigo’. E naquela época mocinha tinha que estar em casa, né? Daí eu liguei pra minha mãe. “Mãe, eu vou ter que ir até o jornal *Estado do Paraná*”. E ela disse tudo bem e daí eu fui.

E daí cheguei lá. Ele estava dentro de um aquário. Daí eu cheguei, entrei, daí ele falou: “então, você vai fazer a diagramação do jornal, assim, assim e assim. A mesa tua é aquela lá e começa a trabalhar hoje”.

“Mas quanto eu vou ganhar?”. ‘É estágio. Estágio não ganha nada’. E daí eu falei assim: “mas eu tenho que pagar minha faculdade. A minha faculdade é paga. Eu trabalho de manhã — lecionava para crianças né, e meu salário era miserável, como sempre foi. “E se eu vou ficar trabalhando até a noite então eu preciso receber”.

Daí ele disse assim: ‘e quanto você quer receber?’

“Tem algum outro que faz esse trabalho aqui não tem?”. ‘Tem o Tunico’. “Então o que ele recebe eu vou receber”.

Daí ele: ‘ah é, tá, tá bom, e quanto é’? ‘Eu não sei’. Ele disse quanto era e eu: “então eu começo hoje e vou embora como?”. ‘Que horas? Quando terminar o jornal’. “E termina que horas mais ou menos”. ‘Meia noite, uma hora’.

“Mas como eu vou pra casa?” ‘o problema é seu’. “Não, não é meu. Porque meia noite não tem mais ônibus na cidade e eu não tenho carro, então como eu vou pra casa?”.



E o jornal ficava bem no local onde se fazia o meretrício, as mulheres, as prostitutas ficavam ali todas, na linha e quando a polícia baixava, elas pediam para se esconder no jornal, e a gente escondia.

‘Tá, então quem for pra lá, vai te dar carona e se não tiver ninguém pra levar, o motorista do jornal leva você em casa.’ Falei: “Ah, então tá bom”

“Posso avisar meu pai”? ‘Pode’. Daí eu peguei o telefone da mesa dele e liguei e falei: “pai, estou empregada, vou trabalhar no jornal *Estado do Paraná*, e vou ganhar mais que você”. Essa parte era brincadeira.

Daí ele foi me apresentar para todo mundo né, que eu era a moça que ia trabalhar lá. No dia seguinte quando eu cheguei, tinha um cartaz enorme, com uma moça magra, alta, com um vestido azul bonito, cheio de estrelinha, com uma tiara assim e uma varinha de condão e daí a homarada toda como se tivesse diante da meca, ajoelhadinhos.

Daí eu comecei a trabalhar ali e na hora de ir embora meu chefe falou: ‘Vania, cê tem certeza que não quer pedir mais nada? E eu falei: “bom, se eu lembrar de mais alguma coisa eu volto, ta bom?”’

No dia seguinte eu voltei lá e falei. “Lembra que você falou que se tivesse mais alguma coisa era pra falar?”. ‘Meu Deus e o que que eu esqueci de te dar?’. E eu falei: “é que eu faço xixi”.

‘Meu Deus, é mesmo, não tem banheiro pra mulher’. ‘Vamos pensar numa solução’.

Claro que eles não iam construir um banheiro só pra mim, né. Daí eles ficaram pensando numa solução numa reunião de diretoria para ver o “xixi da Vânia”.

Eu tinha 17 para 18 anos. Daí eles me chamaram. O diretor, Dr Feder, disse que resolveu meu problema. ‘Você vai usar o banheiro da presidência’. Então quando eu quisesse usar era só ligar para telefonista e ela me daria chave e eu podia usar. Só que daí era um xixi anunciado.

Então foi assim que eu comecei a trabalhar lá. Então eu fazia a diagramação e de de tempos em tempos eles me davam a página 9, que era a página gráfica, que fazia uma matéria especial, com alguém especial, com fotos especiais. Eu adorava fazer, e a minha primeira entrevista legal foi com uma artista da rede globo, a Nathalia Timberg e a outra foi com o Pascoal Carlos Magno. Depois fiz com o Lápis, um artista negro, que morreu bem cedo.

### **Foi tranquilo decidir fazer jornalismo?**

Meu pai era bem tihoso. Meu pai se opôs até para estudar né. Ele dizia que mulher nasceu pra esquentar barriga no fogão e esfriar no tanque. Daí eu paguei os meus estudos para ele não... Ele dizia que era um ambiente masculino e que só mulher vadia que ia pra lá.

Ele ficou muito bravo né, por eu ir trabalhar e continuar estudando, mas depois eu via que ele estava todo orgulhoso.

### **E como era trabalhar em um ambiente totalmente masculino?**

Todo mundo queria me levar pra casa. Todo mundo me tratava como se fosse a irmãzinha. Com muito respeito. Anos depois eu fiquei sabendo que fizeram uma aposta de quem me levaria pra cama, mas imagine, ninguém fez nada.

Eu ficava trabalhando e a homarada sumia e ia pra lanchonete. Eu saía dar aula e ia pra aula, e saía da faculdade e ia para o jornal, e comia muito mal, só e alimentava de ovo cozido. E quando eu passava no meio dos homens reunidos, eles ficavam quietos, porque estavam falando besteira. E se as filhas deles não podiam ouvir eu tbm não.

### **Como se deu o seu primeiro contato com o jornalismo policial?**

Depois de um tempo que eu estava no jornal veio a Teresinha Cardoso. Daí quando a Teresinha chegou, ela fazia policial né, um dia eu tava com trabalho adiantado e fui com ela fazer policial, e nossa foi muito legal, por que era assim, emoção à prova. Coisas pesadas que ela não ia se estava sozinha, mas ia se fossemos juntas.

Foi aí que eu percebi que o jornalismo em loco era melhor. Eu nunca aceitei esse jornalismo de cadeira”.

### **Poderia nos dar um panorama da sua trajetória como jornalista?**

Eu trabalhei trinta anos, onze meses e vinte dias. Eu trabalhei do Ney Braga até o Jaime Lerner.

Depois, quando me aposentei, fui contratada pela Ciranda para falar sobre exploração sexual contra criança e adolescente. Era pesado pra burro. E fui convidada para fazer um projeto para a Tríplice fronteira, Brasil, Argentina e Paraguai. Ganhava bem e em dólar e fiquei coordenando por um tempo. Foi onde eu conheci e trabalhei com a Gleisi

Hoffmann. Pensamos em fazer campanhas de merchan, para fazer campanhas contra a exploração também. Fui eu que disse para a Gleise de tornar política

Daí fui convidada para ir para Colômbia em Cartagena. Fomos defender o dia de luta contra exploração sexual, e daí eu sugeri que fosse o dia em que mataram aquela menininha lá no nordeste, Araceli. E nós ganhamos.

Fiz uma entrevista com o Francisco da Cunha Pereira Filho. Ele me ligou e falou diretamente comigo. Ele foi muito querido. ‘Eu topo fazer entrevista, mas você pode me mandar as perguntas?’ ‘De jeito nenhum. Eu quero olhar nos seus olhos e ver a verdade que você está me falando e depois já fazer outra pergunta.’ ‘Dá um exemplo de pergunta que você faz’. E daí eu disse a frase que digo a quase todo mundo que eu entrevisto “Qual é a sua mais remota lembrança de vida?”

Ele sempre ficava enrolando, e fui muitas e muitas vezes interrompida. Parecia que eu estava escrevendo um livro. Daí ele ficou muito doente e foi pro EUA se tratar, e paramos de novo, e tivemos que interromper. Quando ele voltou ele pediu para eu mostrar o que eu já tinha feito. E ele adorou.

O Cícero queria que eu terminasse matéria. Mas eu disse não. “Ele tá morrendo. Eu não vou fazer isso”.

Você como jornalista, a coisa que você mais quer é ter o fim da sua matéria. Mas há momento que você tem que ter humanidade e saber que tem que parar ali. E a matéria depois da morte dele, ela foi publicada. E fizemos um caderno especial sobre ele. Lembro de uma de nossas conversas, que ele falou que era pobre e que ninguém convidada ele pra nada. E que na faculdade começou a fazer apostilas e ganhar dinheiro. ‘E agora Vania, não tem ninguém que não queira eu na festa’.

### **E você pode falar um pouco sobre seu trabalho com o caso “*Bruxas de Guaratuba?*”**

Esse foi um período bem difícil. O meu marido tava morrendo. E eu precisava de trabalho. Eu estava trabalhando em cinco lugares diferentes. Dormia 3 horas por noite, mas dava conta. Eu estava trabalhando em um jornalzinho, o HORA H. E o Cícero não tinha pauteiro, não tinha nada, carro, fotografia, a gente tinha que fazer tudo.

Eu cobri uma matéria sobre a Santa Maria Bueno, uma moça que tinha sido assassinada pelo namorado soldado e descobri um esquema, que havia um pessoal se aproveitando da fé que as pessoas tinham na santa para roubar dinheiro. Vi que no cemitério, tinha um lugar, uma conta para pôr o dinheiro e que depois esse dinheiro sumia. “Meu Deus

do céu! Tem alguém explorando essa gente”. Então eu investiguei, descobri o golpe e vendeu muito bem, tanto que o Cícero disse: “Vamos fazer uma matéria melhor que essa”?

Daí ele trouxe o caso *As Bruxas de Guaratuba*. “Ah não quero. Mataram crianças, beberam os sangue, arrancaram o coraçãozinho. Energia muito ruim, não mexo”.

E daí ele me chamou de preconceituosa. Quais eras a provas que eu tinha de que estavam fazendo isso mesmo? E eu achei um absurdo. Eu preconceituosa? Então eu fui para a biblioteca e li tudo sobre o fato. E vi que não havia nada contra as pessoas. Que do dia para noite viraram pessoas do mal, e não tinha nenhum contraditório, ninguém falando a favor dessas pessoas.

Durante meu tempo pesquisando tive que insistir muito, porque era muito difícil falar com eles. Eu disse pro Cícero que não ia fazer a matéria, mas eu já estava fazendo. E quando tinha quatro matérias prontas eu disse: “vamos fazer uma série”. Entreguei.

E daí as pessoas viram as matérias e começaram a me ligar para poder falar mais sobre o que estava acontecendo. Fui descobrindo que manipularam as pessoas e forjaram todas as respostas. Os acusados precisavam responder de acordo com o laudo, e apanhavam para isso.

Eu tive ajuda de muita gente. Eu não tinha carro, não tinha fotógrafo, e dependi de amigos que me levassem até Guaratuba para fazer essa tarefa comigo. E que arriscaram a vida comigo, porque a gente foi seguido muitas vezes por carros da polícia militar.

Então eles foram inocentados de cara no primeiro julgamento. E o promotor não se conformou. Eu percebi que nenhum juiz leu tudo sobre o caso. Foi assim, um trabalho insano. Ah e ano passado me formei em Direito.

### **Você sentia que o jornalismo era um ambiente machista?**

A Terezinha dizia que ela só andava de calça comprida para evitar que houvesse gracinha pra cima dela. Mas eu por exemplo usava mini saia mesmo. Até escondi um vestido da minha mãe uma vez porque ela escondeu uma mini saia minha.

E é uma coisa que todo mundo reproduz. Que as próprias mulheres reproduzem. Minha mãe, por exemplo, lá em casa eu tinha que ajudar, mas meus irmão não. Eu estudava e trabalhava em dois lugares para poder estudar, porque estudar não era coisa de mulher. E meus irmão nem lavavam a louça. Mas daí com o tempo ela foi vendo de outra forma também.

A gente não ganha ainda como os homens, embora eu sempre lutasse para ganhar. Eu sempre ganhei como os homens. Ninguém me passou para trás.

Quando trabalhei no Palácio do Iguaçu e descobri que eles ganhavam mais que os outros homens, só porque eu era a única mulher fiquei indignada.

Nessa época todo mundo estava tentando fazer uma entrevista com o General Aragão, mas ninguém conseguia. “Eu vou fazer”. ‘Você pode tentar’. “Eu vou fazer e se eu trazer essa entrevistas vou ganhar a mesma quantia que todo mundo aqui”. ‘Combinado’.

Eu pesquisei e descobri que General Aragão gostava muito de arte, e pedi para ele conversar comigo sobre isso, e no fim da entrevista aproveitei para perguntar o que eu queria, já que ele já tinha falado o que queria falar.

Eu estava de saída quando fui entrevistar ele. E falaram que foi por isso que eu consegui. Não, foi porque eu sou boa. Ninguém pesquisou nada. “Ele tinha aceitado falar comigo antes mesmo de me ver”.

### **E como você enxerga a violência contra mulher?**

Meu TCC foi sobre isso, sobre feminicídio. “*As escravas do medo*”. É muito triste que a gente precise falar sobre isso. Deveria ser algo que não existisse. Em uma apresentação que eu fiz, estava falando sobre alguns dados né, sobre quantas mulheres morrem. E ninguém se importou. Não estavam ouvindo.

A gente precisa pensar. “Qual é ponto fraco das pessoas?”

Então eu mudei o discurso e disse: “vamos imaginar que você está viajando de carro e passa numa praça imensa, têm 5800 pessoas festejando, felizes na praça, todo mundo se divertindo, as luzes coloridas e risadas. E você fica feliz ao ver tudo aquilo. E você vai embora. Dois dias depois você volta, retornando da viagem, e agora têm 5800 pessoas mortas. Aquelas mesmas pessoas felizes agora estão mortas. Sangue jorrando na praça. Isso impactaria vocês, não é? Pois é isso que se repete todos os anos com as mulheres.

E daí eles estavam de fato me ouvindo. A gente tem que mudar. Vamos mudar essa cultura de que em briga de marido mulher ninguém mete a colher. Porque essa coisa faz com que ninguém se mexa.

### **Porque começou a cursar direito?**

Viver é acima de tudo um ato de coragem isolado e coletivo e que direito e justiça devem ser praticados todos os dias. E eu acho que só sendo jornalista não ajudo tanto, mas se eu for jornalista e advogada, ninguém vai me segurar.

## APÊNDICE C - ENTREVISTA COM MARA CORNELSEN

**Tempo de gravação: 1 h e 05 min e 27 seg**

**Realizada em 26 de abril de 2019, às 15 horas.**

Obs: Entrevista realizada foi editada apenas gramaticalmente. O fluxo da conversa permanece na íntegra.

### **Qual é a sua história com o jornalismo?**

Eu comecei muito cedo, me formei pela federal e eu passei no vestibular pós ditadura, entrei em 1977 e me formei em 1979. Eu fiz o curso em três anos porque eu simplesmente era fissurada por ser jornalista. Eu nasci pra ser jornalista. Desde pequenininha meu pai perguntava o que eu queria ser quando crescer e eu disse “vou ser jornalista” e ele quase me surrou, porque a visão dele é que todo jornalista homem é alcóolatra e toda jornalista mulher é prostituta. Então você vê que você já sofria dentro de casa uma coisa pejorativa com relação à profissão.

Eu acabei que fiz o vestibular e optei por jornalismo escondido dele. Ele sempre achou que eu tava fazendo curso de desenho industrial. Eu só poderia fazer federal. A católica eu não podia pagar. A gente era uma família simples né, humilde, sem grana mesmo. Eu fiz e passei na federal. E agora pra contar que era jornalismo? Na euforia da festa, que ele ficou muito orgulhoso, primeira filha universitária, primeira mulher da família a entrar na universidade. Ele abraçado comigo perguntou. “Mas o que que você vai fazer mesmo filha?”, e eu disse “comunicação social” e ele “o que que é isso?” “Jornalismo pai”. “Bom agora você já passou né, então tá”.

Eu fiz o curso em três anos e em 1978 eu já comecei a frequentar redação. Já comecei a fazer matérias especiais para o *Correio de Notícias*. Escrevia eu e minha colega Raquel Jorge Moisés. A gente escrevia, levava para o Correio de Notícias que publicava duas páginas nossas, graciosamente é claro, a gente nunca recebeu nada por isso.

Em meados de 1979 eu fui fazer estágio na *Tribuna* e no *Estado do Paraná*, todos os estagiários passavam por lá, nesse sentido Dr. Paulo Pimentel era muito generoso. Ele acolhia realmente todos os estagiários. Lembro que nessa época estávamos em 12 ou 13 na redação. Aí o sindicato dos jornalistas esperneou, porque tinha muito estagiário, e estagiário fazendo trabalho de profissional né, não tava lá aprendendo, tava trabalhando na raça. O sindicato

entrou com uma ação contra e o Dr. Paulo Pimentel dispensou todos os estagiários, daí era 8 ou 80 né.

E nisso, o Professor Danilo Costa Cortes, que era diretor do *Diário do Paraná*, me convidou para trabalhar lá. Acabei me saindo muito bem. Ali eu substituí um colega que precisava de férias, o Luis Augusto Cabral. Ele me convidou para fazer policial.

Eu espernei bastante, disse que não queria, eu nunca tinha entrado em uma delegacia na minha vida, e ele pediu pediu, pediu, pediu e eu falei. “Tá bem, é só um mês, vou fazer”. Fui fazer policial com um fotógrafo que era bem experiente na época, o Jorge Graf, e a gente fez uma bela dupla.

Bem naquela época aconteceu um dos raríssimos sequestros no Paraná, da filha de um empresário da família Baggio, a Rosana Baggio, que ficou muito tempo sequestrada, de 15 a 20 dias, e eu fui cobrindo, fui cobrindo, fui cobrindo, e cobri muito bem! Eu conseguia informações que veteranos da jornalismo policial, o pessoal da *Gazeta do Povo* por exemplo, não conseguiam. Fui fazendo textos bons sobre o assunto. Eu tinha prazer de chegar no final da noite na redação e fazer aquele ‘Parem as máquinas’ (risos) isso é o sonho de qualquer jornalista e eu fazia com 19 anos. Meu editor ficava doente comigo, mas eu trazia a melhor informação.

Isso saltou os olhos dos editores da *Tribuna*, que me convidaram para ir para lá cobrir policial. Eu tive duas antecessoras na *Tribuna*, a Teresinha Cardoso e a Adélia Lopes, que fizeram períodos no policial, mas o que me diferenciou delas é que eu fiz a carreira inteira em policial, acabei que não fui pra outras editorias. Elas passaram e foram fazer outras coisas. Eu enraizei.

Acabei que fiquei sendo a “Mara da Tribuna”, perdi meu sobrenome Cornelsen. Todo mundo me conhecia por Mara da Tribuna, e ali eu realmente construí a minha carreira na reportagem policial. Depois eu fui pra rádio, trabalhei em muitas rádios fazendo policial. Trabalhei na Secretaria de Segurança Pública – também através da reportagem policial. Eu construí uma carreira em cima da reportagem policial.

O que me marcou foi a perseverança e a resistência, porque no começo todos os meus colegas diziam que eu não ia passar de seis meses, porque além de ser muito jovem, não ter experiência, eu também sempre andei de tênis, mini-saia, rabo de cavalo, cabelo comprido, uma meninice que não combinava com o ambiente inteiramente masculino.

Era um tempo que a gente não entrava no quartel da polícia militar. Jornalista para entrar no quartel precisava de mil autorizações. A gente estava saindo de uma ditadura militar mesmo, era um pós-ditadura. Na Polícia Civil as únicas mulheres que tinham eram as

secretárias, telefonistas. Mas na lida, ali na rua, você ir no tiroteio, na morte, na favela, no sangue, no fervo da coisa, era eu de mulher. Então não tinha como não notar. Eu ficava marcada.

Eu tinha essa meninice, mas uma seriedade muito grande na hora de escrever o texto, era um texto consistente, uma coisa que botava respeito. Então os policiais tinham um enorme respeito pelo meu trabalho.

Depois de 18 anos na *Tribuna*, a *Gazeta* me convidou para ir trabalhar lá. Eu aceitei, porque estava na hora de uma nova experiência. Às vezes, você precisa de uma reciclada. Foi muito difícil sair da *Tribuna*, na época o diretor do jornal ficou muito bravo comigo, proibiu o pessoal da redação de conversar comigo. Ele dizia assim “E a sua carreira?” e eu dizia “minha carreira vai junto, é minha, não do jornal”.

Fui para a *Gazeta*, fiquei 5 anos lá, e depois não aguentei de saudades da *Tribuna*, porque a *Tribuna* era minha casa, foi ali que eu me fiz. Mas o período da *Gazeta* foi outra forma de jornalismo, outra forma de abordagem, eu aproveitei e fiz muitos cursos que a empresa dava oportunidade. Fiz uma pós graduação de 5 anos, com uma excelente qualidade.

Mas daí voltei pra *Tribuna*, já como chefe de equipe, como editora chefe, foi um *upgrade* na minha carreira. Mas continuei sendo sempre reporter, porque sempre gostei dessa parte, eu não tenho talento pra mandar, eu gosto de ir lá e fazer. Eu sofria muito como editora e como coordenadora de equipe porque não saia do jeito que eu queria, aí eu tinha que ir lá e refazer. Aí meu diretor ficava louco da vida porque eu me assoberbada de trabalho.

Foi uma experiência muito enriquecedora, mas não foi absolutamente agradável pelo meu perfil, eu gosto de ser repórter. Eu digo que estive chefe, estive coordenadora, editora, mas a repórter que tem em mim está aqui, se eu tiver que voltar para uma redação eu quero voltar repórter, essa é a minha verve.

### **Durante esses anos na sua carreira de jornalismo policial, como você via que as mulheres vítimas eram tratadas nas matérias?**

Normalmente, diante do ambiente extremamente masculino, a mulher era vítima porque ela de alguma forma havia provocado aquilo. Ela foi estuprada. “Mas você viu a roupa que ela estava usando? Estava de calça comprida ou mini saia? Talvez se estivesse de calça comprida não tivesse acontecido”

Ela foi espancada. “Mas ela estava na igreja ou estava no bar? Se estivesse na igreja não tinha sido espancada”.



Com algumas exceções, como sequestros e assaltos, que não tem como responsabilizar a vítima, mas no dia a dia, aquela coisa corriqueira, a mulher tinha aquela coisa de ‘será que ela não provocou?’, ‘ela morreu porque não respeitou o marido, tinha um amante’. Quer dizer, o marido podia ter uma amante e não tinha problema, agora se ela tivesse um amante, a vagabunda era ela.

E é muito difícil você dissolver isso, tirar esse pensamento enraizado em uma sociedade extremamente machista, porque na década de 70/80, você vêm da ditadura militar, em que a mulher era feita para ser dona de casa. Era esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque. Então, tanto que o fato de eu estar na rua, na reportagem policial, acompanhando polícia, acompanhando *blitz*, as pessoas viam e diziam. “Olha, aquela moça foi presa também”. E eu tava trabalhando, eu tava com o meu bloco. Eu usava um bipe “deste tamanho” que parecia um tijolo na cintura, pra mostrar pras pessoas que eu estava ali a trabalho, porque me confundiam com presa.

Muitos e muitos anos de trabalho para você mudar aquela visão da coisa, para ouvir o que a mulher tinha a dizer. A primeira ideia era sempre que ‘apanhou do marido porque mereceu’, ‘eu não sei porque estou batendo, mas você sabe porque está apanhando’.

Se você for para qualquer canto do Brasil, você ainda vai ver atitudes assim, claro que mudou bastante com a Lei Maria da Penha. Agora imagine aquele tempo que não tinha lei, que o marido matava de porrada a mulher e ninguém dava um pio, porque em briga de marido e mulher não se mete a colher. Eu vi tudo isso realmente acontecendo.

Então o que que fez eu me sobressair no jornalismo policial, ser a musa que falam, era o rigor na escrita e a minha credibilidade. Eu conquistei uma credibilidade no meio policial, dos policiais, dos bandidos, dos traficantes. Minha grande vitória nessa carreira foi ter essa credibilidade.

Então aí, as minhas chefias, os meus diretores confiavam em mim, tinha muita credibilidade no jornal, na *Tribuna* especialmente. E toda bronca mais séria que dava, bota a Mara pra fazer. A filha do Dr. Paulo, teve um tempo que estava ali na redação, gerenciando a redação, ela dizia quando chegava alguém para entrevistar: “vou por a melhor repórter do jornal para conversar com você, para resolver o problema”. Eu sempre pegava a bucha do canhão, o troço cabeludo pra resolver, porque eu tinha a credibilidade, o jornal acreditava em mim, e os meus colegas também acreditavam em mim, porque aquilo vem de cima para baixo né? É uma coisa que você constrói.

A ponto de ter bandido e traficante ligando para o jornal e dizer “Eu quero falar com a Mara”, eu dizia “É ela que tá falando” e ele dizer assim: “Mara, morei tantos anos na Vila tal,

uma Vila tomada pelo tráfico, trabalhei no tráfico por 15 anos, assim, assim, assado, saí, minha família tá lá ainda, tá correndo risco, e eu quero entregar todo o esquema de tráfico pra você, porque eu fiz uma pesquisa e a única jornalista confiável que eu descobri, é você”. Marcamos um encontro, eu fui sozinha, ele levou as coisas pra mim, a gente fez uma grande reportagem. Pena que a polícia demorou muito para fazer a parte dela, porque se tivesse feito em tempo hábil teria pego muita coisa lá, mas acabou fazendo uma operação ridícula. Eu demorei 7 meses para publicar a matéria, levei as informações todas para a Polícia Federal, que não fez nada. A Polícia Civil, não fez nada. Polícia Militar, não fez nada.

Então a gente deu dois meses de pouco para cada polícia, com a chefia me dando respaldo né, eu sempre me reportando para a minha chefia, porque jornalismo é equipe, você não faz sozinho. O jornal é uma família, uma casa, uma coisa depende da outra, se alguém falhar naquele processo, falha tudo, então tem que estar todo mundo afinado. E a polícia não fez o que tem que fazer e os traficantes fugiram obviamente, porque também tem a rede de informantes deles né, mas eu fiz a minha parte e tenho muito orgulho disso.

Então é assim, esse reconhecimento, mas esse reconhecimento conquistado no dia a dia, com muita seriedade, com muita labuta, com muito esforço, não é de graça que vem. Quando você tem isso, essa moeda de troca que é as pessoas confiarem em você, fica mais fácil a tua convivência, o teu trabalho.

**E para você quem era o jornalista policial e quem é o jornalista policial? Você acha que tem muita diferença entre ser jornalista policial na época em que você começou e ser jornalista policial agora?**

Ah, tem toda a diferença, nossa, por conta dos veículos que você tem. Porque quando eu comecei, o que que eu tinha? Celular? Não. Computador? Não. Era um bloquinho e caneta, tanto que os delegados diziam. “A Mara tem uma caneta pesada”. Minha caneta era pesada porque eu não tinha medo, eu fazia, enfrentava e colocava. Os delegados diziam que eu tinha caneta pesada e que eu não tinha nenhuma mácula na minha vida, teve um delegado que veio e disse assim: “Marinha, pesquisei, fucei tua vida inteirinha, pra ver se tinha alguma porcaria que eu pudesse usar contra você em um momento necessário, e pô, você não tem nada de errado, você faz tudo certo sempre”. E eu falei: “Eu fui educada pra isso doutor”. Ele falou: “Meus parabéns, você tem a caneta pesada e é uma pessoa extremamente séria”. E isso aí espalhava entre os delegados. Não era uma coisa muito grande.

Então naquela época você tinha a caneta, o papel, a tua voz, um carro — que as vezes era um fusca, uma kombi — não tinha computador. Se você tinha que pesquisar você tinha que ir lá dar a cara pra bater. Então você era conhecida, imagine, sendo só eu de mulher então, era muita conhecida.

Era mais complicado, no entanto eram menos ocorrências, eram menos delegacias, eram menos distritos policiais, eram menos pessoas envolvidas. Polícia Federal nem se falava, Polícia Federal era crime de contrabando.

No meu tempo, pra você conseguir uma ligação no jornal, você tinha 50 ramais, uma telefonista e três linhas. Você pedia pra telefonista e ela levava duas horas para ela fazer uma ligação para você, para você checar uma informação. Se o fulano morreu, se você precisava ligar para o hospital, para o IML, você tinha discar o 9, ligar pra telefonista, e ela fazia quando ela podia fazer, aí quando ela fazia dava ocupado, aí você esperava mais uma hora.

Então era mais difícil sabe? Você tinha que ir em todos os lugares, e essa era uma característica minha também, eu ia em todos os lugares, não fazia matéria por telefone. Se a pessoa fosse mentir pra mim era tinha que mentir me olhando. Era mais difícil, no entanto o volume de casos era menor, a cidade era menor, o trânsito era menor. Eu sempre brinco. A gente fazia matéria de batida de fusca na esquina: “Dois fuscas bateram, quebrou farol, parabrisa...” (risos). Normalmente o mais sério era os motoristas que se pegavam no cacete depois do acidente. Hoje você passa por um acidente desses e nem leva em consideração. Eu fazia matéria de ladrão de varal. “Dona Maria botou a roupa lá para secar, passou um cidadão e levou todo o varal dela”. É até saudosista isso. Mas os casos eram mais leves. Tinha muita violência contra a mulher, mas não chegava ao nosso conhecimento, que as mulheres tinham muita vergonha, mulher que apanhava do marido ficava calada, se não apanhava de novo, não era uma coisa assim de você por em matéria de jornal. Não apareciam casos assim, a não ser que fosse “Mulher espancada na frente de 7 filhos”, “Mulher degolada”, “Mulher trucidada”. agora mulher apanhou do marido não aparecia.

E era assim, aconteceu um assassinato, você ficava 6 meses trabalhando em cima daquela matéria, enquanto a polícia não resolvesse você ficava ali investigando junto.

### **Você acha que a cobertura dos crimes hoje são mais influenciados pelo feminismo?**

Claro, porque depois de muita briga, muita reclamação das mulheres, das advogadas, das próprias delegadas, com a criação da delegacia da mulher — que foi uma luta —, a própria

lei Maria da Penha. Então está dando um foco diferente. Você vê que hoje os casos são tratados de uma maneira diferente.

Hoje tem feminicídio, que é uma coisa completamente nova, não tinha esse nome, era homicídio e pronto. A delegacia da mulher no começo era uma coisa que diziam: “delegacia da mulher? Então agora tem que criar a delegacia do homem”. Menosprezando a violência contra a mulher, a importância disso. A própria mulher, ia na delegacia da mulher, para falar com a Dra. Darli e falava. “Mulher meu marido, ele bebe, me bate, mas quando ele não bebe ele é bem bonzinho, quando ele bebe ele me quebra no cacete, eu queria que a senhora desse um susto nele”.

A delegada começou a dizer. “A delegacia da mulher não é casa de assombração, a gente não dá susto, ou a gente faz o processo, o inquérito, ou não faz”. Então a mulher dava queixa, iniciava o inquérito, daí o marido parava de beber um pouquinho, fazia um xaveco no pescoço dela, ela ia lá e cancelava. Daí dali uma semana o marido batia de novo, ela aparecia toda roxa na delegacia, chegava uma hora que a delegada falava: “ou vai ou não vai minha filha”. E isso foi um processo muito lento, anos e anos e anos para que a mulher conseguisse hoje ter uma qualificação de feminicídio, no fundo é lamentável isso, é uma pena você ter que ter no código penal o feminicídio, ter delegacia especial para a mulher, a mulher tinha que ser bem tratada em qualquer delegacia. Hoje você vê o presidente da república recém eleito que trata a jornalistas e deputadas do jeito que tratou, de uma maneira assombrosa, e o país ainda aceita isso. Quer dizer, ainda temos um país machista, ainda vivemos uma situação de perigo constante pelo simples fato de ser mulher e a gente tem que continuar brigando muito por isso.

A primeira delegada mulher, Doutora Terezinha, negra, ela teve que entrar com um pedido, porque ela passou no concurso de delegada e não queriam deixar ela assumir, porque ela era mulher. Depois ela foi a primeira a assumir a delegacia da mulher.

**Percebemos que o número de manchetes como “espancada”, foi diminuindo com o tempo nas páginas policiais. Isso quer dizer que o espancamento diminuiu?**

Não sei se a mulher apanhava menos, acho que apanhava a mesma coisa, só que não era divulgado. Hoje parece que é bem mais, porque as mulheres estão berrando e os crimes estão atrozés né? É aquela história, ruim com ele, pior sem ele. E o machismo beira uma ignorância tão grande que quando falta argumento para o homem ele parte pra violência.

### **Por que você acha que as matérias tinham tão pouca sensibilidade?**

Eu fiz uma matéria linda uma vez, porque um estudante de jornalismo ligou para o jornal e ele me contou que ele soube através de alguém que no interior, em uma vilazinha, onde tinha morrido um homem, que não tinha família, não tinha ninguém. O IML não foi buscar o corpo, e os vizinhos enterraram ele, porque o corpo estava decompondo dentro da casa dele. Quando encontraram o corpo estava comido pelos cachorros. Eles avisaram a polícia, a polícia não foi. Avisaram o IML, o IML não foi. Aí enterraram ele. Como que enterra um homem desse jeito? Isso não pode acontecer.

Eu ouvi o estudante de jornalismo e disse: “você tem certeza?”, ele disse “tenho”. Eu já era editora chefe da *Tribuna*, poderia simplesmente passar isso para um repórter ou ignorar, mas eu falei “perai, vem aqui no jornal falar comigo”. Ele foi e eu não passei nem para os meus repórteres, porque todos já estavam assoberbados de coisa. Tem sempre mais casos do que repórter né? Tinha 6 na época, e todo mundo trabalhava muito, e a gente tinha 4, 5 páginas do jornal pra fazer, pra fechar. Eu falei, perai vamos ver esse negócio, vamos estudar esse caso, aí conversei com o meu diretor, falei “me dá uma tarde”, peguei minha máquina fotográfica, um carro do jornal —que a esse ponto o jornal já tinha essa confiança em mim que eu mesma saia dirigindo o carro e ia sozinha fazer minhas matérias, mesmo sendo editora chefe, eu não parei de fazer minhas matérias, minha veia fervia — peguei o menino e nós fomos. Fomos atrás dessa reportagem. Gente, que coisa absurda, era lá no fim do mundo, uma casinha muito pobre, e já tinham queimado a casa. Ele morreu dentro da casa, os cachorros dele comeram metade do corpo, tava uma coisa horrível, e enterraram o homem.

Aí nós fomos no cemitério, o nome dele era José não sei das quantas, e eu fiz uma matéria, uma página, com as fotos do cemitério, do que restou da casa e o título era “Morre um Zé- Ninguém” e aquilo foi um estouro, recebi dezenas de e-mails e de mensagens.

Fui contando a história daquele homem que não foi ninguém porque era pobre, era isso, era aquilo, que foi enterrado em uma cova rasa. Nunca vi o homem na frente, mas o título foi “Morre uma Zé-Ninguém”, foi uma coisa absurda, porque aquilo sensibilizou as pessoas com aquela notícia, que eu te confesso, nenhum outro jornalista ia pegar essa matéria e fazer. Ninguém teria essa sensibilidade, um olhar próprio. Tudo vai muito do olhar do jornalista.

Uma outra matéria que eu fiz, uma senhora evangélica, gordinha, pequeninha, com um filho de 7, 8 anos. Uma mulher com o cabelão comprido, que usa um vestido comprido. Matou o marido dormindo, a machadadas, esquartejou o corpo em 200 pedacinhos, botou em

sacos plásticos, amarrou, botou em um carrinho de mão e foi jogando os pedaços do homem pelo bairro. O problema que ela esqueceu de tirar a aliança, um cachorro foi lá, desenterrou o saco e saiu com a mão do cara na boca. Aí cataram o cachorro, cataram a mão, tiraram a aliança, tinha um nome na aliança, e a partir daquilo a polícia foi investigando, investigando, investigando até que chegou nessa senhorinha que morava em uma casinha pequenininha, e ela então confessou que matou o marido, esquartejou e jogou o corpo com a ajuda do filho.

Aí nossa, a imprensa nacional caiu de pau em cima dela, foi assunto de todos os jornais. Eu esperei todo mundo fazer as matérias, conversar com ela, daí sentei e fui descobrir quem era aquela mulher, porque ela não tinha nunca na vida o perfil de quem fosse matar alguém. Aí eu fui conversando com ela, e então ela foi me contando a história de vida dela desde que ela casou com aquele cara, o quanto ela foi espancada, o quanto ela sofreu, o quanto o filho sofreu, o quanto ele era ruim, uma pessoa malvada, bebia, judiava, humilhava.

E exatamente naquela noite, ele chegou bêbado, botou um facão embaixo do travesseiro e disse pra ela. “Quando eu acordar eu vou te matar, então se prepare que de hoje você não passa”. Aí ela ficou olhando o marido bêbado dormindo e pensou. “Eu vou esperar que ele me mate? Como que vai ficar meu filho? Ou então ele vai matar a mim e ao meu filho. Antes de ele me matar eu vou matá-lo”. Lembro que ela me contou que era um carpê novo no quarto, que ela tinha conseguido colocar, com o salário que trabalhava de diarista.

Ela tomou o cuidado de cobrir o carpê com plástico, para que o sangue não sujasse, matou o cara, ela me falou “eu queria ter um panelão com soda pra cozinhar ele e jogar fora, que não ia aparecer mais nada, mas eu não tinha nem dinheiro pra comprar soda”. Você vê a simplicidade da mulher. Parece que eu estou falando aqui uma atrocidade, mas ela disse. “Moça, eu sou evangélica, eu acredito em Deus, eu sofri muito para fazer isso, mas era eu ou ele”. Então eu escrevi a matéria do crime, mas eu escrevi toda uma biografia dela também, então aquela visão dupla e as verdades que o caso comporta, não só a versão do crime, que foi uma barbaridade, mas também a verdade dela, que sofreu horrores, porque para aquela mulher chegar a ponto de fazer aquilo. E ninguém parou para ouvir aquela mulher, eu parei para ouvir e contei a história dela.

Então quem viu as minhas matéria teve uma sensibilidade completamente diferente, a visão de que ela chegou ao ponto que ela chegou por medo, por desespero, por amor ao filho. Aquela mulher já era um vulcão em ebulição.

Essa visão do jornalista é algo muito íntimo até hoje. Por que que tem alguns que se sobressaem e outros que nunca ficam conhecidos? Porque tem garra, tem uma visão diferente. Acho que o fato de ser mulher te dá essa possibilidade também, ter essa visão macro, e zelosa

também, porque a gente naturalmente tem um zelo maior para com o ser humano. Acho que isso vem nos genes da gente.

É ter aquela credibilidade no jornal pra poder dizer: “Escuta, eu vou entregar a matéria mais tarde, mas espera que tem mais alguma coisa além disso”. Por isso que sou apaixonada pelo jornalismo, todo mundo tem uma história para contar, basta você saber ouvir. A vida de qualquer um dá um livro, desde que tenha alguém que ouça e saiba escrever direitinho.

Às vezes eu paro na frente de uma casa antiga, fico olhando para aquelas paredes e pensando: “nossa, quanta história deve guardar aí, quem viveu aqui?” É uma coisa que me atrai, é bom.

O jornalismo é contar histórias, e contando histórias você muda o mundo.

Vou fazer uma confissão agora. Eu era aluna, com 10, 11 anos e furtava livros na biblioteca do colégio, porque eu podia emprestar 2 livros por semana, mas eu lia quatro, então eu emprestava 2 e levava mais 2 na bolsa. Depois eu devolvia, mas eu tinha uma ânsia para ler. Minha mãe dizia: “apaga a luz menina, que já tá na hora de dormir”. E eu abria a frestinha da porta, que meu pai ficava na sala vendo tv, e eu lia na frestinha da porta pra mãe não perceber. Apaixonada por leitura, apaixonada por escrita e apaixonada pelo jornalismo.

Trabalhei 35 anos em jornal e rádio. O jornal é meu grande amor, minha grande paixão, o escrito ali mesmo, a roça, o pé no chão. E parece que passou muito depressa. Sempre digo: “eu fui tão feliz no meu trabalho que não vi passar”. Eu parei por opção, porque eu acho que você tem que renovar, e enquanto eu to lá no jornal como editora, como repórter, os novos não conseguem entrar, então eu já dei a minha contribuição. Nesses 35 anos eu realmente dei o melhor de mim. E nasceu meu neto, eu não vi meu filho crescer, meu filho cresceu enquanto eu estava em delegacia, eu tava correndo, estava fazendo matéria. Eu não vi ele crescer, não vi cair o primeiro dente, não vi ele dar o primeiro passo. Eu não sei como que o Tiago cresceu coitado.

Aí nasceu meu neto e eu falei: “não, agora eu quero ver meu neto crescer, eu vou me dar a chance de dar esse tempo pra mim”. Eu acho que já dei uma contribuição enorme para o jornalismo. Sempre recebo alunos e me sinto muito honrada de contar essa história, mas o mesmo tempo já foi.

Fui extremamente feliz no meu trabalho. Dei gás enquanto tinha idade pra fazer isso. Eu trabalhava 18 horas por dia. Eu trabalhava em rádio, jornal, fazia assessoria, fazia bico, porque tinha filho pra criar, casa pra cuidar. Era o homem e a mulher da casa, porque ninguém aguenta ficar casada com uma jornalista que trabalhasse desse jeito, vamo combinar que é barra. O tempo todo sirene, delegacia, polícia, sangue, as pessoas normais não

conseguem suportar, então às vezes você abre mão da vida pessoal para seguir a carreira, pelo trabalho.

Vivi mais tempo dentro do jornal do que fora. Já fazem uns 4 anos que saí, mas trabalhei mais dois anos na rádio. A rádio eu trabalhei mais um tempo, fui, fui devagarinho, até o dia que eu cheguei pro diretor e falei: “agora chega, agora vamos abrir as portas”. Deixei várias meninas treinadas no meu lugar, montei equipes com mulheres na *Tribuna* na rádio, foi bem legal porque eu consegui abrir portas e eu tenho um grande orgulho disso.

Então hoje eu sou avó do Davi, não sou mais Mara da Tribuna. Mas ainda sou Mara Cornelsen, jornalista. Mas hoje tenho uma vida mais voltada à família. Tem que largar o osso e deixar as pessoas fazerem a parte delas. Me sinto muito jovem, me sinto menina, capaz de muita coisa, de muitos projetos, então vou fazer outras coisas pra me dar também esse gostinho.